

ROSANA APARECIDA DIAS DE MACEDO

**A EDUCAÇÃO E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH):
DIAGNÓSTICO DE SITUAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES
SOCIOECONÔMICAS DOS HABITANTES DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES
DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA**

**Monografia apresentada à Coordenadoria de Pós-
Graduação da Universidade Federal do Paraná
como requisito parcial à obtenção do título de
Especialista em Desenvolvimento Econômico.**

Orientador: Prof. Dr. Fábio Dória Scatolin

CURITIBA

2007

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	iii
LISTA DE SIGLAS	v
RESUMO	vi
1 INTRODUÇÃO	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO	4
2.1 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	4
2.1.1 Educação e Qualidade do Ensino no Brasil no Contexto Atual.....	6
2.1.1.1 Educação e formação continuada do professor	12
2.1.1.2 A educação como investimento em capital humano para implementação do desenvolvimento das regiões mais pobres	15
2.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH).....	17
3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES	
DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA	20
3.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA	20
3.2 A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, POBREZA E DESENVOLVIMENTO	40
4 CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	51

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E COMPONENTES - MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ - 2000.....	23
TABELA 2 - TOTAL DE DOMICÍLIOS, INDICADORES DE MAIOR E MENOR ESCOLARIDADE, DE MAIOR E MENOR RENDIMENTO, DESIGUALDADE DE RENDA E ANALFABETISMO - MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ - 2000	23
TABELA 3 - ALUNOS MATRICULADOS SEGUNDO NÍVEL DE ENSINO - MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ - 2002.....	25
TABELA 4 - COEFICIENTES DE MORTALIDADE GERAL E INFANTIL, MORTALIDADE PROPORCIONAL E COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS - MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ - 2000	25
TABELA 5 - ESTABELECIMENTOS COM EMPREGO FORMAL, DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO E TOTAL DE EMPREGOS EM ESTABELECIMENTOS COM 500 OU MAIS EMPREGADOS - MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ - 2000	26
TABELA 6 - EMPREGOS FORMAIS, PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES, DOS EMPREGADOS COM 8 ANOS OU MAIS DE ESTUDO E DOS EMPREGADOS COM REMUNERAÇÃO SUPERIOR A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS NO TOTAL DE... ..	26
TABELA 7 - PRODUTO INTERNO BRUTO (A PREÇO DE MERCADO), DISTRIBUIÇÃO SETORIAL E PARTICIPAÇÃO NO ESTADO - MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ - 1999	28
TABELA 8 - CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS, FREQUÊNCIA ESCOLAR - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000	31
TABELA 9 - CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS, NO ENSINO FUNDAMENTAL - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000	31
TABELA 9.1 - JOVENS DE 15 A 17 ANOS - ENSINO MÉDIO - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA 1991 - 2000	32
TABELA 10 - CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS, NO ENSINO FUNDAMENTAL - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000	33
TABELA 11 - ANALFABETISMO DE CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000	33
TABELA 11.1 - ANALFABETISMO DE JOVENS DE 18 A 24 ANOS - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000	34
TABELA 12 - ANALFABETISMO ACIMA DE 15 ANOS - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000	34
TABELA 13 - ANOS DE ESTUDO PARA POPULAÇÃO CIMA DE 15 ANOS - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000	35

TABELA 14 - ANOS DE ESTUDO PARA POPULAÇÃO CIMA DE 15 ANOS -
MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000 36

TABELA 15 - PROPORÇÃO DE ESTUDANTES QUE FREQUENTAM A ESCOLA - ACIMA
DE 15 ANOS - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 -
2000 36

TABELA 16 - IDH EDUCAÇÃO M - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA
- 1991 - 2000..... 38

TABELA 17 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL - MUNICÍPIOS
PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000 38

TABELA 18 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL RANKING
ESTADUAL E NACIONAL - 2000 39

LISTA DE SIGLAS

CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
COHAPAR	- Companhia de Habitação do Paraná
COMEC	- Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
FJP	- Fundação João Pinheiro
FUNDEB	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	- Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	- Ministério da Educação
OCDE	- Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	- Organização das Nações Unidas
PIB	- Produto Interno Bruto
PISA	- Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano
PPC	- Paridade do Poder de Compra
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
RDH	- Relatório do Desenvolvimento Humano
RMC	- Região Metropolitana de Curitiba
SAEB	- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SESA	- Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Paraná
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
UNDP	- <i>United Nations Development Programme</i>
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

Esta pesquisa consistiu na realização de um diagnóstico de situação e avaliação das condições socioeconômicas da população residente nos municípios paranaenses de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, que fazem parte da região do Vale do Ribeira. O estudo foi embasado nos indicadores sociais componentes dos índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) que são: escolaridade, renda per capita e expectativa de vida. Ressalte-se que tais indicadores se encontram na região abaixo das médias do Estado do Paraná e do índice nacional. Para fundamentar o trabalho efetuou-se pesquisa bibliográfica, por meio de livros e fontes digitais. Considerando-se que a educação é um determinante fundamental para o crescimento social e econômico de uma sociedade, de uma região, de uma nação, sendo uma das questões mais importantes relacionada à proposta de erradicação da pobreza, objetivou-se buscar as causas que levam a região paranaense do Vale do Ribeira a apresentar os mais baixos índices de desenvolvimento humano entre os municípios paranaenses, e identificar quais são os elementos que contribuem para a condição de estagnação socioeconômica na região. Por meio dos resultados apresentados pôde-se constatar que os baixos índices de escolaridade da população e os altos índices de analfabetismo são um dos principais fatores responsáveis pelo elevado grau de pobreza encontrada no Vale do Ribeira, consequentemente produzindo uma má qualidade de vida, onde a pobreza continua gerando pobreza. Conclui-se o trabalho afirmando que há a necessidade de criar novos mecanismos de desenvolvimento social para a região que respondam às necessidades de geração de melhor qualidade de educação, geração de empregos e renda, enfim, melhorar o acesso a serviços de infra-estrutura com o intuito de reduzir a pobreza na região.

Palavras-chave: Educação. Pobreza. Desenvolvimento Socioeconômico.

1 INTRODUÇÃO

A região conhecida como “Vale do Ribeira” contempla uma área de 28.306 km², abrangendo o Estado de São Paulo e o Estado do Paraná. O Vale do Ribeira Paranaense está localizado aproximadamente a 100 km a nordeste de Curitiba, e compõem sete municípios - Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, que também pertencem à Região Metropolitana de Curitiba.

A pesquisa apresenta um diagnóstico de situação e avaliação das condições socioeconômicas dos habitantes dos municípios paranaenses da região do Vale do Ribeira, baseada principalmente nos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que se encontram abaixo das médias do Estado do Paraná e do índice nacional.

O perfil do Vale do Ribeira demonstra a baixa dinâmica econômica e a estagnação da região, relacionada à presença de indicadores sociais muito baixos, tais como altos índices de analfabetismo e reduzido grau de escolaridade, comprometendo drasticamente a qualidade de vida dos habitantes a ponto de delinear-se como uma área considerada estratégica nas políticas de combate à pobreza tanto na esfera de governo federal como de governo estadual. Em contrapartida, na região se encontram as maiores áreas remanescentes de Mata Atlântica, o que lhe possibilita descobrir a vocação da região para o desenvolvimento do turismo ecológico com o objetivo de promover o crescimento socioeconômico e cultural da região, por meio de gestão de seus recursos naturais. Neste contexto, convém ampliar os debates entre as esferas governamentais, não-governamentais e todos os seguimentos da sociedade civil no sentido de viabilizar, desenvolver e potencializar ações destinadas às atividades de turismo, desde que haja a implantação de iniciativas de apoio e de suporte infra-estrutural para bem receber os visitantes na região.

Como ponto de partida para identificação da problemática e a elaboração das hipóteses do trabalho, destaca-se que região do Vale do Ribeira, desde o século passado, até os dias atuais, caracteriza-se como uma das regiões mais pobres e menos desenvolvidas do Estado do Paraná, sendo que diversos projetos de

desenvolvimento foram e têm sido implantados pelo Governo do Paraná ao longo dos anos, porém a região permanece estagnada cultural, social e economicamente.

Portanto, surgem as indagações: Por que as intervenções e os projetos desenvolvidos na região não lograram êxito? Por que a região apresenta índices tão baixos de desenvolvimento humano e não obteve crescimento como outras regiões do estado do Paraná? A região é considerada pobre porque falta educação ou a região não tem educação por que ela é pobre.

Sendo assim, o objetivo do trabalho foi realizar um diagnóstico da situação socioeconômica da região paranaense do Vale do Ribeira, para estabelecer algumas causas que levam o Vale continuar apresentando os mais baixos índices de desenvolvimento humano entre os municípios do Estado do Paraná e identificar quais são os fatores que provocam a estagnação econômica e social no Vale do Ribeira. O trabalho, a partir da análise, ainda pretende apontar novos caminhos que possam colocar em marcha o crescimento da Região do Vale do Ribeira.

Desse modo, surgiu o interesse pela pesquisa, em buscar subsídios para uma melhor compreensão sobre os aspectos que determinam o baixo índice de desenvolvimento humano da região, perpetuando-se o ciclo vicioso da pobreza (baixo nível de escolaridade, renda baixa, má distribuição da renda, de renda), pobreza acentuada na Região do Vale do Ribeira. Considerando-se a educação como um determinante essencial do crescimento social e econômico de uma nação, sendo uma das variáveis mais importantes para a abordagem da questão do combate à pobreza. Justifica-se o estudo, também, pela iniciativa de procurar meios de soluções que desencadeiem ações efetivas no sentido de romper esta condição, uma vez que situação de carência extrema impede os indivíduos de suprirem as necessidades básicas da vida, e a estagnação de segmentos sociais faz com que a pobreza continue gerando pobreza.

A estrutura da monografia se compõe de Referencial Teórico, contendo a síntese sobre o objeto estudado, se constitui a partir de levantamento bibliográfico, obtidos por meio de livros e meio eletrônico.

O capítulo 2, em linhas gerais, apresenta algumas reflexões sobre Índice de Desenvolvimento Humano; sobre a importância da educação e qualidade do ensino no Brasil, como este ensino se encontra no contexto atual. Também foram

apresentadas discussões sobre a importância da educação e formação continuada do professor no processo educativo, e a importância da educação como investimento em capital humano para implementação do desenvolvimento das regiões mais pobres.

O capítulo 3, apresenta uma análise empírica sobre a situação socioeconômica da população que habita a região do Vale do Ribeira, com base nos indicadores relativos à qualidade de vida, destacando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e seus três sub-índices propostos para as análises educacionais, de renda e de longevidade de uma população. Posteriormente, descreve-se sobre a relação entre educação, pobreza e desenvolvimento, com a apresentação de uma síntese a respeito dos condicionantes, entre eles o baixo grau de escolaridade que gera pobreza e estagnação nos municípios paranaenses da região do Vale do Ribeira. E mais, propõem-se caminhos para a superação da pobreza na região.

Na conclusão apontam-se os desafios que norteiam o combate à pobreza, levando-se em consideração a importância da educação de qualidade como meio de desenvolvimento social, econômico e cultural não só do Vale do Ribeira como de qualquer região que deseja ser próspera e livre.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O presente capítulo pretende mostrar a importância de se investir em uma educação de qualidade, uma vez que ela é um fator estratégico para o desenvolvimento socioeconômico de um país.

A educação é um dos componentes mais importantes para o desenvolvimento tanto das pessoas como das sociedades; é um determinante essencial do crescimento social, econômico e cultural de uma nação. Ela deve ser considerada prioritária, pois compõe a base de construção do capital humano e social e sobre ambos é que se pode constituir uma sociedade organizada e bem-sucedida.

O mundo atual impõe a necessidade de que os processos de aprendizagem se desenvolvam durante a infância e a juventude e se estendam ao longo da vida dos indivíduos. Isto, sem dúvida, representa um grande desafio para o Brasil; pois significa proporcionar a toda população a formação e os elementos de aprendizagem contínua que os novos tempos exigem. (UNESCO, 2007)

Entre as nações, frequentemente se encontram populações que avançam a passos largos para uma sociedade fundamentada no conhecimento e na informação e, por outro lado, ainda é grande o contingente de pessoas analfabetas, adultos que jamais tiveram a oportunidade de estudar ou não terminaram seus estudos, nem ao menos a formação básica obrigatória, e crianças e jovens permanecem à margem dos bancos escolares.

No entanto, a educação básica para todos é um dos princípios dos direitos humanos, é um direito inerente a qualquer nação e a força para a construção de uma sociedade justa, dinâmica e criativa, uma fonte de avanço, prosperidade e consequentemente bem-estar dos povos. (BRASIL, 2007)

O acesso equitativo à educação pode reduzir as desigualdades e falta de oportunidades sociais, cooperar para a superação da pobreza e desenvolver as capacidades do ser humano para viver com dignidade e maior plenitude. (LARRAÑAGA, 2007). Neste sentido, a finalidade da educação excede a dimensão econômica, e gira em torno, também da dimensão do desenvolvimento humano, pois

inclui valores como a liberdade, justiça, autodeterminação, entre outros fatores que influenciam a qualidade de vida dos indivíduos e das sociedades como um todo.

Neste enfoque é pertinente citar o economista indiano Amartya Sen, o qual defende a idéia de que o desenvolvimento de um país, além de propiciar a produção e distribuição de bens e serviços, está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento humano engloba e analisa as questões relativas à sociedade tais como crescimento econômico, profissões, emprego, liberdades políticas, valores culturais (crenças, costumes entre outros), sob o ponto de vista da pessoa humana. (PNUD, 2007)

Amartya Sen teve enorme influência na formulação do Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) da Organização das Nações Unidas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD). A concepção de Desenvolvimento Humano é a base do (RDH), publicado anualmente, e também do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹. E o Relatório do PNUD de 1995 complementa o conceito de Desenvolvimento Humano proclamando que:

...em qualquer nível de desenvolvimento, as três principais [possibilidades], do ponto de vista das pessoas, são ter uma vida longa e com saúde, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida decente. Na falta destas possibilidades fundamentais, muitas outras oportunidades permanecerão inacessíveis. (PNUD, 1995, p. 13-14)

Nesta perspectiva, Delors et al (1998) referem que a educação não deve apenas ser compreendida como um meio de desenvolvimento, apenas fornecer pessoas qualificadas ao campo econômico, mas deve ser entendida como um dos objetivos primordiais desse desenvolvimento da sociedade em que se vive. E ainda afirma:

Um dos principais papéis reservados à educação consiste, antes de mais nada, em dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Ela deve, de fato, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive,

¹ A elaboração do IDH tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB), e parte do pressuposto que para dimensionar o avanço não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. (PNUD, 2007)

baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades. (DELORS et al. 1998, p. 82)

A educação se tornou uma questão estratégica mundial na organização da Cúpula do Milênio, realizada em setembro de 2000, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York. Na ocasião, foi aprovado um documento denominado “Declaração do Milênio das Nações Unidas”, definindo os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” que estabeleceram compromissos a serem seguidos pelos países membros da ONU para o século XXI. Os participantes do evento definiram metas concretas para todos os povos, tais como reduzir para metade a percentagem de pessoas que vivem na pobreza extrema, fornecer água potável e educação a todos entre outros objetivos. (PNUD, 2007)

Tudo quanto aqui foi refletido a respeito de educação e desenvolvimento leva a crer que o progresso social, cultural e econômico de uma nação, diante das acentuadas transformações técnico-científicas e dos processos de produção resultantes da busca de maior competitividade, no mundo de hoje, requer um sistema de educação eficiente, e mais, que seja uma ação de formação permanente, com o intento de superar as desigualdades sociais e promover o crescimento com qualidade de vida de todos os povos.

2.1.1 Educação e Qualidade do Ensino no Brasil no Contexto Atual

A educação é um direito fundamental assegurado pela Constituição e uma tarefa obrigatória do Estado brasileiro. O sistema educacional brasileiro compõe-se de educação básica, a qual compreende o ensino infantil (até seis anos de idade), o ensino fundamental (da 1.^a à 8.^a série) e o ensino médio (da 1.^a à 3.^a série); e educação superior, a qual abrange a graduação (com duração média de cinco anos), a pós-graduação (com duração média dois anos e meio para Mestrado e de quatro anos para Doutorado). (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2007)

A qualidade da educação brasileira é um desafio a ser enfrentado com urgência pela área educacional e pelo País como um todo, pois, apesar de os avanços significativos em termos de universalização do acesso à educação, a redução das taxas de evasão e aumento no número de matrículas, não foi possível

impedir que o Brasil ocupasse um dos últimos lugares na pesquisa mundial sobre desempenho de estudantes realizada pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)² e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³, no ano de 2003. (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, 2007)

O Brasil ainda exhibe indicadores educacionais que apenas superam os dos países mais pobres da América Latina. Ainda permanecem carências profundas em termos de qualidade da educação ofertada para os alunos. O baixo desempenho e uma grande disparidade de desempenho podem estar relacionados à origem socioeconômica, ao tipo de escola e à localização no país. (INEP, 2007)

Há a possibilidade de outros fatores serem atribuídos ao baixo índice de aproveitamento brasileiro na avaliação internacional, tais como a realidade dos professores da rede pública, falta de maior estímulo e reconhecimento aos professores, inclusive na questão salarial e falta de políticas públicas de incentivo ao estudo, para dar mais perspectiva aos estudantes. (INEP, 2007)

No mês de agosto de 2006, mais de 12 mil estudantes brasileiros da rede pública e privada participaram do PISA. As provas foram realizadas em 57 países por estudantes com idade média de 15 anos, com o objetivo de estabelecer um ranking internacional dos sistemas educacionais. (INEP, 2007)

Nas provas são solicitados conhecimentos de Ciências, Matemática e Leitura. Alguns elementos avaliados pelo PISA fazem parte do currículo dos alunos, porém, também é examinada a capacidade dos alunos de analisar, raciocinar e refletir ativamente sobre conhecimentos e experiências. Os dados também avaliam os sistemas educacionais categorizados por regiões do país, gênero, condições familiares e sócio-econômicas dos alunos. (INEP, 2007)

A educação brasileira necessita melhorar muito, partindo do princípio de que existe uma significativa relação entre a educação e desenvolvimento econômico,

² O PISA é um programa internacional de avaliação comparada, cuja principal finalidade é produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais, avaliando o desempenho de alunos na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países.

³ OCDE é o órgão responsável pelo desenvolvimento e coordenação em nível internacional do PISA, sendo que em cada país participante há uma coordenação nacional. No Brasil, o PISA é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) "Anísio Teixeira". (INEP, 2007)

social e cultural de uma nação, a qual gera um ambiente mais favorável para os investimentos geradores de riqueza.

Na realidade, sabe-se que educação no Brasil passa atualmente por uma transição que deve proporcionar à sociedade brasileira um salto de qualidade. Com isso, espera-se que o país melhore no próximo ranking, após a divulgação do resultado geral da avaliação que deverá ocorrer no segundo semestre de 2007. (INEP, 2007)

O Ministério da Educação (MEC) atualmente vem investindo fortemente na Educação Básica, com o objetivo de garantir educação de qualidade para todos, com base na democratização do acesso, qualidade e garantia de permanência em todos os níveis de ensino, executando um conjunto integrado de diretrizes políticas e pedagógicas em torno de quatro eixos: redefinição e ampliação do financiamento da educação básica, qualificação de professores, valorização dos trabalhadores da educação e democratização da gestão. (BRASIL, 2007)

É importante ressaltar que o MEC vem promovendo reflexões sobre políticas que respeitem os direitos dos estudantes, compreendendo-os em seus tempos e ciclos de vida, e para tanto sancionou em a Lei n.º 11.274 em 06 de fevereiro de 2006, na qual estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo a duração de 9 anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade. Sendo que os Municípios, os Estados e o Distrito Federal terão prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade do ensino fundamental de 9 anos nas redes de ensino público e privado. (BRASIL, 2007)

O objetivo da implantação dessa lei é estender o período de escolaridade obrigatória, garantindo que as crianças fiquem mais tempo no convívio escolar, com a possibilidade de aumentar e qualificar suas oportunidades de aprendizagem. O processo de escolarização, quando iniciado cedo, contribui para promover a igualdade de oportunidades e fornece um suporte adicional à superação dos obstáculos iniciais da pobreza ou de um meio sociocultural limitado. (CARNEIRO⁴, citado por FERNANDES, 2007)

A melhoria da qualidade da educação básica demanda um novo sistema de financiamento, capaz de atender desde a educação infantil até o ensino médio, e

⁴ CARNEIRO, M. A. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. Petrópolis: Vozes, 1998.

não apenas o ensino fundamental, como funcionava o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). No lugar do FUNDEF o MEC criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), promulgado em 19 de dezembro de 2006, no Congresso Nacional. A promulgação da Emenda Constitucional n.º 53 insere o FUNDEB na Constituição Federal, beneficiando cerca de 48 milhões de estudantes da Educação Básica após sua completa implementação que deverá ocorrer em três anos. Apesar de existir legalmente desde o mês de dezembro, o FUNDEB só entrará em vigor após sua regulamentação. A regulamentação do fundo trará como principal mudança a correção de desigualdades regionais na educação, possibilitando aos estados mais pobres do País, “recursos compatíveis com o investimento por aluno que garanta um mínimo de qualidade de ensino”, afirma o atual ministro da Educação, Fernando Haddad. (BRASIL, 2007)

A provação do FUNDEB tem como base as seguintes orientações:

i) garantir que todos os níveis e modalidades sejam contemplados; ii) assegurar que para a complementação da União seja fixado percentual de comprometimento de recursos de no mínimo 10% do valor total do fundo; iii) que a complementação signifique de fato “recursos adicionais”, e não substituição de fontes; iv) que se busque garantir padrão mínimo de investimento por aluno, baseado em padrões de qualidade adequados (custo aluno/qualidade); e v) que seja reservado percentual destinado à valorização dos profissionais da educação (professores e outros funcionários não-docentes – serventes, merendeiras e outros trabalhadores da educação. (PELIANO, 2006, p. 72)

Isto posto, fica claro que uma estratégia na área educacional dever ser concebida de forma coordenada, buscando ações e metas efetivas que se adaptem às circunstâncias de cada região.

Quanto aos dados mais recentes de pesquisas realizadas sobre a situação da Educação no Brasil, no dia 07 de fevereiro de 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC) apresentou um balanço do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) a partir de 1995, com os resultados da última edição, em 2005.

O SAEB é o instituto responsável pela coleta de informações sobre o desempenho escolar dos brasileiros, assinalando o que os alunos sabem e são capazes de fazer, em diversos momentos de sua trajetória escolar, considerando as condições existentes nas escolas. Os dados, obtidos com a aplicação de provas aos alunos e de questionários a alunos, professores e diretores, permitem acompanhar a evolução do desempenho e dos diversos fatores associados à qualidade e à efetividade do ensino ministrado nas escolas.

A partir das informações do SAEB, o MEC e as Secretarias Estaduais e Municipais podem fornecer subsídios para definir ações voltadas para a correção das distorções identificadas e direcionar seu apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento e a redução das desigualdades ainda existentes no sistema educacional brasileiro. Além disso, realizar avaliações e divulgar seus resultados é uma forma do poder público prestar contas da sua atuação a alunos, professores, pais e à sociedade em geral, proporcionando uma visão clara do processo de ensino e das condições em que ele é desenvolvido. (INEP, 2007)

O SEAB apresentou os resultados do desempenho dos alunos da quarta e da oitava séries do Ensino Fundamental e da terceira série do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática.

Segundo os dados revelados pela avaliação, as notas dos alunos de escolas públicas e privadas que participam do SAEB está pior que há dez anos atrás. A média das avaliações dos alunos em 2005, última edição do SAEB, é pior que a média de 1995.

Em relação a 4.^a série do ensino fundamental, de 1995 a 2001 as notas vinham caindo, numa avaliação que vai de zero a 500. Em 1995, a pontuação média em português foi de 188,3, chegando a 165,1 em 2001. Em 2003, houve pequena recuperação, chegando a 169,4 e em 2005, os alunos alcançaram 172,3 pontos. O resultado médio, ainda é pior que o de dez anos atrás. (BRASIL, 2007)

O mesmo acontece com matemática. A média subiu de 177,1 para 182,4, entre 2003 e 2005. Mas o resultado ainda é pior que o de 1995, quando a média foi de 190,6. (BRASIL, 2007)

Nas outras séries, a situação é pior, já que não há sinal de melhora desde 2001. De 1995 a 1999, a média da 8.^a série em português caiu de 256,1 para 232,9.

em 2001, houve uma pequena melhoria para 235,2. Nas duas últimas avaliações, as notas continuaram a cair, chegando a 231,9 em 2005. (BRASIL, 2007)

As menções obtidas no 3.º ano do ensino médio na disciplina Português também mostram que houve um decréscimo dos resultados. De 1995 a 2001, uma queda consecutiva de 290 a 262. Em 2003, um pequeno aumento para 266,7 e, em 2005, as notas voltaram a cair para 257,6. (BRASIL, 2007)

Em matemática, as notas são mais inconstantes. Entre 1995 e 1997 aumentaram de 281,9 para 288,7. Em 1999, caíram para 280,3. Em 2001 continuaram a cair para 276,7. Em 2003, subiram um pouco para 278,7 e em 2005, caíram novamente para 271,3. (BRASIL, 2007)

Segundo os critérios do MEC, alunos com média igual a 175,52 em Língua Portuguesa, que foi a média nacional encontrada para a 4.ª série da rede urbana, são capazes de entender expressões com discurso indireto, compreender narrativas de temática e vocabulário complexos, identificar marcas dos distintos gêneros de texto e a finalidade de um texto jornalístico, entre outras habilidades. (BRASIL, 2007)

Já os alunos que alcançaram média 239,38 (média nacional para a 8.ª série da rede urbana) são capazes de localizar dados em tabelas mais complexas, identificar gráficos de colunas correspondentes a números positivos e negativos, converter medidas de peso e calcular o perímetro e a área de figuras geométricas.

No último SAEB, participaram da prova mais de 190 mil alunos de quase seis mil escolas de todo o país, urbanas e rurais. (BRASIL, 2007)

As notas dos estudantes brasileiros nos exames de avaliação do Ministério da Educação estão muito abaixo do ideal, principalmente nas escolas públicas. Nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, nem 10% atingem o desempenho adequado para seu nível de ensino. Se o Ensino Fundamental, hoje, é quase universal, por outro lado ainda é preciso avançar muito na Educação Infantil e no Ensino Médio. (BRASIL, 2007)

Com a formação continuada dos docentes, o MEC espera melhorar o desempenho geral dos sistemas de ensino.

2.1.1.1 Educação e formação continuada do professor

A educação ao longo de toda a vida constitui-se como um portal de entrada ao século XXI. Vai além da distinção entre educação inicial e educação permanente; vem responder aos clamores e desafios de um mundo que se encontra em rápida transformação, mostrando a necessidade de um retorno à escola, acompanhar o que é novo, e melhor preparar o indivíduo tanto para a vida privada como para a vida profissional. (DELORS, et al., 1998)

Note-se que ao se fazer referência à formação profissional, formação inicial significa aquisição de conhecimentos de base; e formação continuada envolve a formação após a aquisição de base, com caráter de aperfeiçoamento e atualização ao longo de toda a vida profissional. (IMBERNÓN, 1994)

No que tange à formação continuada, a formação profissional do educador desempenha papel fundamental quanto à qualidade da educação, uma vez que “a qualidade da educação depende, em primeiro lugar, da qualidade do professor” (DEMO, 2002, p. 72).

Delors et al (1998, p. 166) afirmam com propriedade:

Os professores são (...) afetados por esta necessidade de atualização de conhecimentos e competências. A sua vida profissional deve organizar-se de modo que tenham oportunidade, ou antes, se sintam obrigados a aperfeiçoar a sua arte, e beneficiar-se de experiências vividas em diversos níveis da vida econômica social e cultural.

A formação continuada é uma exigência da atividade profissional no mundo atual. O conhecimento adquirido na formação inicial se distingue na atividade profissional, para atender a flexibilidade, a complexidade e a diversidade das situações que requerem intervenções apropriadas. Desse modo,

A formação continuada deve desenvolver uma atitude investigativa e reflexiva, tendo em vista que a atividade profissional é um campo de produção do conhecimento, envolvendo aprendizagens que vão além da simples aplicação do que foi estudado. A formação continuada de caráter reflexivo considera o professor sujeito da ação, valoriza suas experiências pessoais, suas incursões teóricas, seus saberes da prática e possibilita-lhe que, no processo, atribua novos significados a sua prática e compreenda e enfrente as dificuldades com as quais se depara no dia-a-dia. Ainda não se pode perder de vista a articulação entre formação e profissionalização, na medida em que uma política de formação implica ações efetivas, no sentido

de melhorar a qualidade do ensino, as condições de trabalho e ainda contribuir para a evolução funcional dos professores. (BRASIL, 2007, s.p)

Como se pode observar, a educação continuada se torna necessária pela própria natureza do saber humano que se transforma constantemente. Portanto, o conhecimento que se constrói precisa ser atualizado sempre.

A este propósito, é necessário oferecer condições aos professores para que possam construir o seu conhecimento e do aluno, considerando-se que os professores são agentes de mudança, os quais transmitem a informação e o conhecimento, e ainda necessitam ter ao seu dispor todos os recursos facilitadores do processo de aprendizagem.

Para Charlier (2001, p. 101), “a formação é um elemento de desenvolvimento pessoal e profissional do professor, mas ela também faz parte do investimento da instituição escolar em seu capital humano.”

Contudo, concretizar ações no sentido de promover a formação continuada de professores, ainda é uma tarefa difícil, pois são necessários muitos esforços e recursos para colocar em prática as diversas sugestões apresentadas em estudos, encontros e debates de educadores que propõem repensar a educação e a sua importância como meio de desenvolvimento da sociedade como um todo.

No entanto, nas iniciativas do governo federal inclui-se um conjunto de ações e programas para combater um dos mais graves problemas do ensino do país: a falta de profissionais com a qualificação exigida por lei para a prática da docência. Dentre os programas encontra-se o Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação, o qual tem suas ações destinadas à formação continuada de professores, para melhoria da qualidade de aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática nas séries iniciais do ensino fundamental. O Programa é realizado pelo MEC, em parceria com Universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos estados e municípios, franqueado a todos os professores que estão em exercício, nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas.

Outros objetivos do Pró-Letramento podem ser citados tais como: propor situações que incentivem a reflexão e a construção do conhecimento como processo contínuo de formação docente; desenvolver conhecimentos que possibilitem a compreensão da matemática e da linguagem e seus processos de ensino e

aprendizagem; contribuir para que se desenvolva nas escolas uma cultura de formação continuada; desencadear ações de formação continuada em rede, envolvendo Universidades, Secretarias de Educação e Escolas Públicas dos Sistemas de Ensino. (BRASIL, 2007)

Diversos estudos indicam a importância da universidade como intermediária no processo da formação continuada. Nesta questão o pesquisador em Educação Mario Osorio Marques menciona que:

Todas as instituições responsáveis pela educação devem ser envolvidas nos processos da formação continuada do educador. Cumpre, no entanto, dedicarmos aqui atenção especial às responsabilidades específicas da universidade. Escola da educação do educador, à universidade não é atribuído apenas o processo formativo formal. Deve a ele dar continuidade e propiciar-lhe as rupturas exigidas pelo exercício da profissão na concretude das exigências renovadas. Importa assumá-la como atribuição sua tanto os estágios da formação inicial como os da formação continuada dos educadores, mesmo porque não poderia cumprir com uma das tarefas sem a outra. (MARQUES, 2006, p. 210)

É importante enfatizar que, a formação continuada precisa ser planejada sob o ponto de vista da realidade da escola e de seus professores. Assim, pois,

Neste processo formativo que é o exercício da profissão centrado na vida da escola, rico de possibilidades e virtualidades, deve enraizar-se e dele irradiar-se, como em foco de origem e retorno, a formação continuada. (MARQUES, 2006, p. 208)

Diante da complexidade do tema formação continuada do professor, é oportuno ainda refletir sobre a dimensão do educador no novo contexto mundial, e a importância da formação permanente quer na intenção de responder aos enfrentamentos das situações-problemas emergentes, quer no sentido da adequação e acompanhamento do desenvolvimento econômico, dos avanços técnico-científicos e sociais. Por isso, a formação continuada além de outros objetivos deve propor novas metodologias e colocar os profissionais da educação em contato com as discussões teóricas atuais, visando contribuir para as transformações urgentes e propiciar melhores avanços da ação pedagógica no espaço escolar e no seu entorno.

Neste contexto, é relevante conceder incentivos especiais a professores que trabalham em regiões, inóspitas, em lugares mais afastados, muitas vezes de difícil acesso, condição necessária para levá-los a permanecer nessas áreas, de modo que comunidades desfavorecidas não fiquem ainda mais desprotegidas devido à falta de professores qualificados. (DELORS et al., 1998)

2.1.1.2 A educação como investimento em capital humano para implementação do desenvolvimento das regiões mais pobres

A educação tem papel preponderante na superação da pobreza, portanto, sobrepujar a carência de conhecimentos significa vencer os vários obstáculos determinantes da pobreza.

O tema educação no Brasil tem sido extensivamente debatido nos últimos anos, uma vez que a escolarização contribui para aprimorar a capacidade da força de trabalho, tornando-se um importante fator de crescimento de um país ou região.

Os investimentos em educação para a busca da qualidade de vida do ser humano constituem-se em fatores fundamentais para a sociedade como um todo. Instituir políticas que compreendam o acesso a todos, sem discriminação, tanto ao ensino formal quanto à educação continuada, o aprimoramento profissional e técnico e o crescimento pessoal, são o caminho que deve ser percorrido pelos governantes e sociedade, no sentido de constituir indivíduos verdadeiramente competitivos, na chamada sociedade do conhecimento, no contexto do mundo atual.

A importância da educação como investimento foi sustentada pela Teoria do Capital Humano (Schultz, 1993). Para esse autor, "... a educação é a componente mais importante do capital humano." (SCHULTZ, 1993, p. 17). Schultz ainda afirma que capital humano é o valor das habilidades adquiridas pelas pessoas e não o valor das pessoas como seres humanos.

A frequência à escola, a participação em programas não formais de treinamento e a aprendizagem no local de trabalho são atividades que envolvem investimentos, tendo reflexos nas habilidades produtivas e no incremento da produção, podendo ser encaradas como bem de capital, como capital humano.

O termo Capital Humano dá a entender que o homem é um ser que necessita de investimentos sociais e privados para promover o desenvolvimento econômico de uma nação.

O conceito de Capital Humano, de forma simplista, pode ser dividido em dois componentes básicos: desenvolvimento de qualificações, referindo-se à escolaridade e formação (formal e informal) específica à indústria; e a formação de competências tecnológicas referentes ao desenvolvimento de qualificações individuais e institucionais e o conhecimento derivado do esforço tecnológico. Estas ramificações do capital humano enfatizam a complexa vinculação que existe entre os conceitos de capital humano e de qualificações. (TEIXEIRA, 2005)

Os conceitos pertinentes à teoria do Capital Humano são de grande valor para nortear políticas de ação pública no combate à pobreza. Ao longo da vida é possível adquirir-se um certo conteúdo de Capital Humano, que pode influenciar diretamente o sucesso econômico de um indivíduo. Sabe-se que indivíduos que possuem baixo conteúdo de Capital Humano apresentam baixa produtividade, tendem a não serem pessoas bem-sucedidas economicamente, quando comparadas com os indivíduos de alto conteúdo de Capital Humano. (BERCHIELLI, 2007)

Neste contexto, a teoria do capital humano pode fornecer muitos elementos sobre as relações entre capital humano e crescimento econômico/nível de renda.

A teoria do capital humano do ponto de vista microeconômico, segundo Becker (1993) assinala as atividades e ações que impactam sobre as rendas monetárias futuras do indivíduo, educação escolar, treinamento específico, cuidados médicos, alimentação, dentre outros.

A falta de investimentos básicos em educação gera um enorme desperdício humano e econômico, em razão de “uma grande parcela de a população permanecer num círculo vicioso de baixo nível de produtividade e baixo nível de remuneração” (Fonseca⁵, Dahlman⁶, citado por NOGUEIRA e ROSA, 2007, p. 5), fato que deixa os indivíduos numa condição praticamente permanente de pobreza.

⁵ FONSECA, Eduardo Gianetti da. **As partes & o todo**. São Paulo : Siciliano, 1995.

⁶ DAHLMAN, Carl. Os países em desenvolvimento e a terceira revolução industrial. In: VELLOSO, J. P. & MARTINS, L. (Org.). **A nova ordem mundial em questão**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 259-290.

Portanto, a educação básica de qualidade é cada vez mais considerada como uma área de investimento condutora de benefícios a longo prazo, propiciando uma melhoria na distribuição de renda, desenvolvimento social e econômico, desenvolvimento humano e melhor qualificação para o trabalho. Investir em educação de qualidade torna-se cada vez mais indispensável para o crescimento econômico de uma nação. “Um indivíduo instruído não só utiliza seu estoque de conhecimentos em benefício próprio, mas também transfere parte do que aprendeu para as pessoas que com ele convivem, sendo assim, estas são beneficiárias do nível de educação daquele.” (AQUINO, [200-], p. 8)

Em síntese, uma população bem instruída é uma população mais produtiva, o que facilita a expansão e a capacidade de desenvolvimento de atividades econômicas, geração de riquezas para uma comunidade.

2.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

Nos últimos anos foram elaborados vários indicadores concernentes ao bem-estar. Entre os mais utilizados no Brasil, pode-se destacar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), implantado no início dos anos 1990 pelo *United Nations Development Programme* (UNDP) e divulgado em esfera mundial com o objetivo de mensurar e comparar os níveis de qualidade de vida e desenvolvimento humano entre as nações. No IDH estão equacionados três sub-índices direcionados às análises educacionais, renda e de longevidade de uma população. O resultado das análises educacionais é medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Já o resultado do sub-índice renda é medido pelo poder de compra da população, baseado pelo PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC). E por último, o sub-índice longevidade tenta refletir as contribuições da saúde da população medida pela esperança de vida ao nascer. A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior - ausência de desenvolvimento) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um

indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região. (PNUD, 2007)

O indicador final que varia entre zero e um pode classificar o grupo populacional nas diferentes categorias de desenvolvimento (alto, médio e baixo). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e países com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. (PNUD, 2007)

A Fundação João Pinheiro (FJP) é uma entidade do Governo de Minas Gerais que juntamente com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), adaptando o IDH dos países para a escala municipal, com o intuito de

avaliar e monitorar o nível de desenvolvimento humano e de condições de vida no âmbito dos municípios (...) de forma a captar de forma mais abrangente possível o processo de desenvolvimento social. (FJP, 1998, p. 3)

O IDH-M é obtido pela média aritmética simples dos três subíndices, referentes às dimensões Longevidade (IDHM-Longevidade), Educação (IDHM-Educação) e Renda (IDHM-Renda). (FJP, 1998)

Para avaliar a dimensão longevidade, o IDH municipal considera o mesmo indicador do IDH de países: a esperança de vida ao nascer, através da fórmula: $(\text{valor observado do indicador} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente. O indicador de longevidade resume as condições de saúde e salubridade do local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida.

O sub-índice do IDH-M relativo à Educação é obtido a partir de dois indicadores com pesos diferentes. A taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade tem peso dois, e a taxa bruta de frequência à escola peso um. O primeiro indicador é o percentual de pessoas com mais de 15 anos capaz de ler e escrever um bilhete simples, considerados adultos alfabetizados. O calendário do Ministério da Educação indica que, se a criança não se atrasar na escola, ela

completará esse ciclo aos 14 anos de idade, por isso a medição do analfabetismo ocorre a partir dos 15 anos. (FJP, 1998)

O segundo indicador é resultado de uma conta simples: o somatório de pessoas, independentemente da idade, que freqüentam os cursos fundamental, secundário e superior é dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos da localidade. Estão também incluídos na conta os alunos de cursos supletivos de primeiro e de segundo graus, de classes de aceleração e de pós-graduação universitária. Apenas classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito do cálculo. (FJP, 1998)

O sub-índice do IDH-M relativo à dimensão renda é obtido a partir do indicador renda per capita média. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero). (FJP, 1998)

No caso brasileiro, o cálculo da renda municipal per capita é feito a partir das respostas ao questionário expandido do Censo - um questionário mais detalhado do que o universal e que é aplicado a uma amostra dos domicílios visitados pelos recenseadores. Os dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são expandidos para o total da população municipal e então usados para o cálculo da dimensão renda do IDH-M. (REDAÇÃO TERRA, 2003)

Com base no IDH-M referentes aos anos 1991-200 (dados mais recentes), pretende-se no próximo capítulo apresentar uma análise empírica com base nos dados demonstrativos sobre a situação socioeconômica dos sete municípios paranaenses que compõem a área do Vale do Ribeira.

3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA

Neste capítulo é apresentada uma análise empírica, que retrata, por sua vez, uma reflexão sobre a dinâmica socioeconômica dos sete municípios paranaenses que fazem parte da região do Vale do Ribeira.

3.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA

O Vale do Ribeira possui uma área de 2.830.666 hectares (28.306 km²), sendo 1.119.133 hectares no Estado do Paraná e 1.711.533 hectares no Estado de São Paulo. É formado pela Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá. É considerada a mais importante reserva de água doce desses dois estados e um dos mais conservados bancos genéticos de todo o Brasil, em razão de sua diversidade de biomas. Portanto, o Vale do Ribeira possui um significativo patrimônio ambiental.

Na região vivem comunidades indígenas, caiçaras, remanescentes de quilombos e pequenos agricultores familiares, compondo uma diversidade cultural dificilmente encontrada em locais próximos de regiões desenvolvidas. Apresenta grande quantidade de sítios tombados e inúmeros registros arqueológicos, ainda pouco pesquisados. (IPARDES, 2003)

O Vale do Ribeira paranaense está localizado na região nordeste do estado, e compreende os municípios Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.

A população total dos sete municípios, estimada em 01 de julho de 2005 é de 97.111, e predominante rural com uma taxa de urbanização de 52,4%, com exceção do município de Itaperuçu e Rio Branco do Sul. (IBGE, 2007)

No que diz respeito à situação de pobreza da região, pode-se afirmar que o Vale do Ribeira paranaense revela sérios problemas de ordem socioeconômica, com baixos índices sociais e estagnação econômica. Os municípios apresentam o índice de desenvolvimento humano (IDH-M) abaixo da média paranaense (0,786) e da média nacional (0,764), como se pode observar na Tabela 1.

Os baixos índices estão especialmente relacionados ao fraco desempenho da renda da população relativa a cada um desses municípios.

Na região, os estudos relativos à condição de vida da população demonstram que os indicadores sobre a inserção ocupacional e a disponibilidade de renda revelam situações críticas, causadas pelo aumento do desemprego e da informalidade, queda no nível de renda e manutenção dos elevados níveis de desigualdade na sua distribuição.

Os baixos índices relativos à renda familiar e a falta de perspectivas e de oportunidades de negócios vêm favorecendo o aparecimento de bolsões de pobreza, tanto na área rural quanto na urbana. Ressalte-se que os índices de desigualdade de renda superam, em muito, a média do estado.

Além dos baixos índices de rendimento, encontram-se também em toda a região, elevadas proporções de chefes de família com baixo grau de escolaridade e expressivos índices de analfabetismo.

É importante ressaltar que de acordo com dados indicados nas Tabelas 1 e 2 pode-se constatar que a pobreza está estreitamente ligada a baixos níveis de escolaridade, sendo que o melhor resultado de grau de escolarização (86,56%) entre indivíduos adultos no ano de 2000, encontra-se no município de Bocaiúva do Sul. Num total de 24.158 domicílios pesquisados, quanto aos anos de estudo do responsável pelo domicílio (até 3 anos e sem estudo) os índices da falta de escolaridade são muito elevados, sendo que o maior índice é de 62,84%, encontrado em Tunas do Paraná e 43,50% em Itaperuçu. (PNUD, IPEA, FJP, IPARDES, 2007)

Quanto à questão que representa os dados relativos a 11 ou mais anos de escolaridade, o índice mais alto se encontra no município de Adrianópolis (9,93%) e o menor no município de Doutor Ulysses (2,98%) dos indivíduos pesquisados.

É a desigualdade educacional, mais do que a discriminação no mercado de trabalho, que explica a maior parcela de desigualdade de renda nos municípios da região do Vale do Ribeira. “Baixos níveis de escolaridade levam a uma renda baixa o que, por sua vez, contribui para que as crianças freqüentem muito pouco a escola, perpetuando o ciclo de pobreza. (CEPAL, 2007)

Os níveis de expectativa de vida ao nascer encontram-se próximos ou inferiores à média estadual, conforme se pode demonstrar nas Tabelas 1 e 2. (IBGE, 2007)

TABELA 1 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E COMPONENTES - MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIOS	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER ⁽¹⁾	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS ⁽²⁾	TAXA BRUTA FREQUÊNCIA ESCOLAR ⁽³⁾	RENDIMENTO MUNICIPAL PER CAPITA ⁽⁴⁾	ÍNDICE DE ESPERANÇA DE VIDA (IDHM-L)	ÍNDICE DE EDUCAÇÃO (IDHM-E)	ÍNDICE DE RENDA (IDHM-R)	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)	RANKING ESTADUAL	RANKING NACIONAL
Adrianópolis	69,9	74,09	72,23	115,59	0,748	0,735	0,566	0,683	374	3268
Bocaiúva do Sul	67,5	86,56	67,80	185,81	0,708	0,803	0,645	0,719	273	2655
Cerro Azul	70,2	75,52	65,26	123,80	0,753	0,721	0,577	0,684	372	3254
Doutor Ulysses	63,6	75,80	64,84	86,00	0,644	0,721	0,516	0,627	398	4179
Itaperuçu	66,0	84,18	57,65	133,47	0,683	0,753	0,590	0,675	381	3365
Rio Branco do Sul	66,0	83,26	68,89	178,95	0,683	0,786	0,639	0,702	330	2963
Tunas do Paraná	71,1	71,91	64,69	136,68	0,768	0,696	0,594	0,686	370	3221

FONTES: PNUD/IPEA/FJP, IPARDES - Tabulações Especiais

(1) Anos de vida.

(2) População alfabetizada de 15 anos e mais/total dessa faixa etária * 100.

(3) População que frequenta a escola (ensino fundamental, médio, superior e especialização)/população na faixa entre 7 e 22 anos * 100.

(4) Todo tipo de renda obtida pelos moradores/total de moradores, expressa em reais, pela cotação de 1.º de agosto de 2000.

TABELA 2 - TOTAL DE DOMICÍLIOS, INDICADORES DE MAIOR E MENOR ESCOLARIDADE, DE MAIOR E MENOR RENDIMENTO, DESIGUALDADE DE RENDA E ANALFABETISMO - MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIOS	TOTAL DE DOMICÍLIOS	ANOS DE ESTUDO DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO		RENDIMENTO DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO		DESIGUALDADE DE RENDA ⁽¹⁾	POPULAÇÃO RESIDENTE DE 10 ANOS DE IDADE OU MAIS	
		Até 3 e sem instrução (%)	11 e mais (%)	Menos de 1 SM e sem rendimento (%)	Mais de 15 SM (%)		Não alfabetizada	Taxa de analfabetismo (%)
Adrianópolis	1863	59,04	9,93	57,22	0,97	0,52	1.252	22,86
Bocaiúva do Sul	2443	44,94	7,86	39,13	1,64	0,58	841	11,86
Cerro Azul	4348	59,52	5,54	57,41	0,99	0,48	2.701	21,50
Doutor Ulysses	1511	62,34	2,98	58,50	0,20	0,65	930	20,83
Itaperuçu	5209	43,50	5,30	35,17	0,46	0,75	2.030	13,96
Rio Branco do Sul	7877	43,76	8,98	36,44	1,71	0,65	3.352	14,78
Tunas do Paraná	907	62,84	3,20	42,56	0,77	0,70	654	24,31
TOTAL DO PARANÁ	24.158	30,48	22,98	26,00	5,96	0,49	664.713	8,57

FONTES: IBGE - Censo Demográfico; IPARDES - Tabulações Especiais

(1) Índice de desigualdade de renda: valor do rendimento mediano mensal das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes/valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes.

Considera-se que, quanto menor o índice, maior a desigualdade de renda.

Ainda no cenário de desigualdades sociais, que revelam índices significativamente inferiores à média do estado, todos os municípios da região apresentam condições precárias dos domicílios, em razão de uma significativa proporção de residências com ausência de canalização interna, falta de sanitários, existência de áreas de favelas.

Os serviços de educação básica nos municípios da região compreendem todos os níveis de ensino, inclusive a educação de jovens e adultos (supletivo), ofertados pelas escolas estaduais. Esses dados são apresentados na Tabela 3. Os municípios são responsáveis pela oferta de creches, pré-escola e 1.^a a 4.^a séries, e apenas o município de Adrianópolis não menciona registro de alunos matriculados em creche. (MEC; INEP, 2007)

No que tange às condições de saúde da população da região, pode-se observar na Tabela 4 que os níveis de mortalidade geral, infantil e proporcional dos municípios são significativamente superiores às médias verificadas no Estado. Esta situação reflete a precariedade, ou às vezes, até mesmo a inexistência de uma rede pública de atendimento tanto no âmbito hospitalar quanto ambulatorial na maioria dos municípios. Nesse contexto, a rede mais estruturada encontra-se no município de Cerro Azul. (SESA, 2007)

As condições do mercado formal de trabalho que se apresentam bastante reduzidas, e a baixa remuneração dos empregos formais são também referências assinaladas nas Tabelas 5 e 6, que apontam para as difíceis condições de sobrevivência dos habitantes da região. (Ministério do Trabalho e Emprego IPARDES, 2007)

Observe-se que apenas o município de Rio Branco do Sul alcança índice de 42,6% quanto à remuneração dos empregos formais superior a três salários mínimos, o que corresponde à média semelhante à do Estado.

TABELA 3 - ALUNOS MATRICULADOS SEGUNDO NÍVEL DE ENSINO - MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ - 2002

MUNICÍPIO	MATRÍCULA INICIAL									
	Creche	Pré-escola	Fundamental (1.º Grau Regular)		Ensino Médio (2.º Grau Regular)		Educação Especial		Educação de Jovens e Adultos (Supletivo presencial)	
			Total	1.ª a 4.ª série	5.ª a 8.ª série	Curso Normal	Total	Fundamental	Total	Fundamental
Adrianópolis	-	44	1.294	664	630	279	97	-	74	-
Bocaiúva do Sul	90	186	1.787	1.053	734	423	62	13	111	111
Cerro Azul	50	146	3.121	2.030	1.091	358	5	5	322	322
Doutor Ulysses	47	43	1.417	808	609	123	-	-	222	222
Itaperuçu	68	538	4.087	2.508	1.579	519	48	-	372	236
Rio Branco do Sul	206	550	6.480	3.840	2.640	1.094	138	79	665	480
Tunas do Paraná	35	194	988	593	395	132	33	-	-	-
TOTAL DO PARANÁ	91.397	222.939	1.693.577	891.518	802.059	462.734	44.299	22.852	156.023	106.041

FONTE: MEC/INEP - Censo Escolar - 2002

TABELA 4 - COEFICIENTES DE MORTALIDADE GERAL E INFANTIL, MORTALIDADE PROPORCIONAL E COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS - MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	COEFICIENTE DE MORTALIDADE GERAL (óbitos por 1.000 hab.)	COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL (óbitos por mil nascidos vivos)	MORTALIDADE PROPORCIONAL < DE 1 ANO	MORTALIDADE PROPORCIONAL > DE 50 ANOS	COEFICIENTE DE MORTALIDADE POR DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS (100.000 hab.)
Adrianópolis	6,35	62,5	13,16	60,53	16,7
Bocaiúva do Sul	6,67	28,09	8,06	72,58	64,57
Cerro Azul	3,7	14,49	7,04	60,56	5,22
Doutor Ulysses	2,61	12,66	6,25	56,25	-
Itaperuçu	5,43	26,13	10,19	59,26	15,08
Rio Branco do Sul	9,16	42,74	13,3	57,98	43,83
Tunas do Paraná	4,61	39,22	11,76	76,47	-
2.ª Regional de Saúde ESTADO DO PARANÁ	5,62 5,83	18,46 19,44	6,3 6,28	67,32 70,49	21,97 22,17

FONTE: SESA

TABELA 5 - ESTABELECIMENTOS COM EMPREGO FORMAL, DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO E TOTAL DE EMPREGOS EM ESTABELECIMENTOS COM 500 OU MAIS EMPREGADOS - MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTOS COM EMPREGO FORMAL	DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO (%)			TOTAL DE EMPREGOS EM ESTABELECIMENTO COM 500 EMPREGADOS OU MAIS
		Até 19 empregados	20 a 99 empregados	>= 100 empregados	
Adrianópolis	29	20,84	15,83	63,32	-
Bocaiúva do Sul	85	33,33	36,94	29,73	-
Cerro Azul	52	26,05	20,84	53,11	-
Doutor Ulysses	17	4,44	22,67	72,89	-
Itaperuçu	97	46,42	26,57	27,01	-
Rio Branco do Sul	217	30,56	28,88	40,56	1181
Tunas do Paraná	27	39,59	60,41	-	-
TOTAL DO PARANÁ	174.508	31,30	20,46	48,24	454469

FONTES: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS; IPARDES - Tabulações Especiais

TABELA 6 - EMPREGOS FORMAIS, PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES, DOS EMPREGADOS COM 8 ANOS OU MAIS DE ESTUDO E DOS EMPREGADOS COM REMUNERAÇÃO SUPERIOR A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS NO TOTAL DE EMPREGO FORMAL, REMUNERAÇÃO MÉDIA NOMINAL, PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO MASCULINA RELATIVAMENTE À FEMININA E PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO TOTAL DE REMUNERAÇÕES DO SETOR FORMAL NO ESTADO - MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ - 1990 E 2000

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS		PARTICIPAÇÃO FEMININA NO TOTAL DE EMPREGOS (%)	EMPREGADOS COM 8 OU MAIS ANOS DE ESTUDO (%)	EMPREGADOS COM REMUNERAÇÃO SUPERIOR A 3 S.M. (%)	REMUNERAÇÃO MÉDIA NOMINAL (R\$)	REMUNERAÇÃO MÉDIA FEMININA (% da masculina)	PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL DE REMUNERAÇÕES DO SETOR FORMAL DO ESTADO
	2000							
	1999							
Adrianópolis	593	379	45,9	58,6	16,9	325,26	66,33	0,01
Bocaiuva do Sul	405	693	33,0	52,2	23,8	393,14	96,41	0,03
Cerro Azul	640	595	36,6	28,1	10,4	290,47	100,65	0,02
Doutor Ulysses	-	450	21,6	14,7	6,9	269,89	126,05	0,01
Itaperuçu	-	922	28,4	53,0	16,1	316,43	75,47	0,03
Rio Branco do Sul	3.137	2.912	29,7	57,5	42,6	571,68	57,58	0,16
Tunas do Paraná	-	341	26,7	24,0	15,0	324,94	79,31	0,01
TOTAL DO PARANÁ	1.290.406	1.653.435	38,9	67,1	40,5	638,29	80,29	100,00

FONTES: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS; IPARDES - Tabulações Especiais

NOTA: Há diferença de 984 pessoas, em 1990, entre o total do Paraná e a soma das mesorregiões, devido a problemas de classificação. Sinal convencional utilizado: - Sem informação (município criado após 1990).

A distribuição do produto interno bruto (PIB) dos municípios mostra na Tabela 7 que, de modo geral, prevalece a atividade de comércio e serviços na geração da riqueza regional. Porém, no município de Doutor Ulysses, há predominância de atividades agropecuárias na geração do PIB, e Rio Branco do Sul tem na sua indústria de cimento sua principal atividade econômica, com forte peso no Estado (40%), refletindo positivamente em termos de PIB global e no PIB *per capita*, no conjunto da região. (IPARDES, 2007)

As atividades agropecuárias da região não são representativas em termos de produção regional no conjunto do Estado. Contudo, há exceção quanto aos municípios de Cerro Azul e Doutor Ulysses que são produtores de frutas e representam respectivamente, 6,3% e 2,9% da produção total do estado. Os dois municípios também se distinguem na atividade extrativa ligada à exploração madeireira, com 1,8% e 2,3% do total estadual. (IPARDES, 2007)

A atividade da lavoura é pouco expressiva na região, ainda que a cultura e o comércio da tangerina em grande escala coloquem o município de Cerro Azul em posição de destaque perante o estado do Paraná.

Ressalte-se que na área Norte dos municípios de Cerro Azul e Dr. Ulysses há boas condições de adaptação para a agricultura orgânica⁷, pois existem espaços de produção com menores taxas de utilização de agrotóxico e ambientalmente menos degradadas (DAROLT, 2000). Desta forma, a adoção de uma agricultura orgânica, dentre as diversas vantagens, pode representar oportunidades de trabalho que contribuam para o desenvolvimento humano de todos os indivíduos nela envolvidos.

⁷ Agricultura orgânica é um sistema de gerenciamento total da produção agrícola com vistas a promover e realçar a saúde do meio ambiente, preservar a biodiversidade, os ciclos e as atividades biológicas do solo. Nesse sentido, a agricultura orgânica enfatiza o uso de práticas de manejo em oposição ao uso de elementos estranhos ao meio rural. Isso abrange, sempre que possível, a administração de conhecimentos agronômicos, biológicos e até mesmo mecânicos. Mas exclui a adoção de substâncias químicas ou outros materiais sintéticos que desempenhem no solo funções estranhas às desempenhadas pelo ecossistema. (AMBIENTEBRASIL, 2007)

TABELA 7 - PRODUTO INTERNO BRUTO (A PREÇO DE MERCADO), DISTRIBUIÇÃO SETORIAL E PARTICIPAÇÃO NO ESTADO - MUNICÍPIOS DO VALE DO RIBEIRA - PARANÁ - 1999

MUNICÍPIOS	AGROPECUÁRIA (%)	INDÚSTRIA (%)	SERVIÇOS (%)	PIB (R\$) (a preço de mercado)	PARTICIPAÇÃO NO PIB TOTAL (%)	PIB PER CAPITA (R\$)
Adrianópolis	24,1	17,4	53,9	26.667.504	0,04	3.161,17
Bocaiúva do Sul	29,1	18,5	47,8	32.013.058	0,05	4.280,16
Cerro Azul	41,5	13,6	41,0	84.917.167	0,14	4.954,23
Doutor Ulysses	50,1	10,5	35,7	39.351.988	0,06	7.464,39
Itaperuçu	10,4	33,8	51,6	78.106.364	0,13	6.557,56
Rio Branco do Sul	2,5	69,0	24,0	559.037.569	0,90	17.561,67
Tunas do Paraná	31,3	17,1	47,0	15.895.989	0,03	5.606,10
TOTAL DO PARANÁ	13,2	38,3	44,0	62.290.113.786	100,00	6.643,86

FONTE: IPARDES

Quanto à infra-estrutura da malha viária regional, a BR-476, que faz a ligação de Curitiba a Adrianópolis, tem seu leito asfaltado até Bocaiúva do Sul, numa extensão de 33,5 km. Deste ponto em diante é uma estrada em leito natural, com revestimento primário, numa extensão de 40,9 km até Tunas do Paraná e de 35,2 km até Adrianópolis. A rodovia estadual PR-092 tem a mesma função integradora da BR-476, fazendo a ligação de Curitiba com Cerro Azul; essa estrada segue até Doutor Ulysses, num trecho de 56 km, como rodovia estadual implantada, e com essa característica segue até o entroncamento da PR-151, no município de Jaguariaíva. (IPARDES, 2003)

Na realidade, esses municípios não possuem estrutura viária capaz de atender às necessidades de escoamento da produção e atuar como fator de desenvolvimento regional, justificando, em parte, o porquê da região se manter à margem do desenvolvimento da economia do estado.

- Análise de Outros Indicadores Educacionais para os Sete Municípios Paranaenses da Região do Vale do Ribeira

Para análise do perfil educacional dos municípios paranaenses que compõem o Vale do Ribeira, ainda foram selecionados 9 indicadores educacionais:

- 1) Percentual de Crianças na Escola;
- 2) Taxa Líquida de Escolarização;
- 3) Taxa Bruta de Escolarização;
- 4) Taxa de Analfabetismo;
- 5) Taxa de Analfabetismo funcional;
- 6) Anos de Escolaridade;
- 7) Taxa de Alfabetização de Adultos (TAA);
- 8) Taxa Bruta de Frequência à Escola;
- 9) Índice de Desenvolvimento Humano - Educação (IDH-Educação).

Esta análise apresenta dados referentes ao ano de 1991 e 2000. A tendência nestes anos foi significativa quanto à redução do analfabetismo e de aumento da escolaridade e da frequência escolar no estado do Paraná, porém, de acordo com os resultados que serão demonstrados no decorrer dessa análise pode-se perceber que os esforços no implemento de melhores políticas educacionais, não foram

suficientes para reduzir as desigualdades existentes nos municípios paranaenses da região do Vale do Ribeira.

A análise dos indicadores 1, 2, 3 e 8 permite avaliar a efetividade da política educacional em garantir condições para que as crianças e jovens se mantenham nos bancos das escolas em ensino fundamental e médio implementada pelos governos na década de 90. (PUC Minas; IDHS; PNUD, 2004, p. 7)

Os indicadores 4 e 7 significam o perfil da população, estratificado por determinadas faixas etárias, com respeito à não presença na escola e à sua limitação, – e, em alguns casos, exclusão da participação na vida social: o analfabetismo. (PUC Minas; IDHS; PNUD, 2004, p. 7)

O indicador 5 apresenta forma alternativa de visualizar o índice de analfabetismo. Essa alternativa é mais restrita, uma vez que considera como alfabetizados apenas aqueles que concluíram, no mínimo, 4 anos de estudo. (PUC Minas; IDHS; PNUD, 2004, p. 7)

O indicador 6 é importante para determinar a característica/qualificação do capital humano do país. Sabe-se que as economias mais desenvolvidas apresentam médias de anos de escolaridade muito elevadas. Portanto, deve ser objetivo da política educacional de países em desenvolvimento, como o caso do Brasil garantir que esse indicador esteja aumentando, de modo a reduzir desequilíbrios existentes. (PUC Minas; IDHS; PNUD, 2004, p. 7)

O indicador 9 - IDH-Educação - é uma medida que sintetiza o aspecto educacional de um país, região ou Estado, uma vez que resume as informações sobre alfabetização e presença na escola. (PUC Minas; IDHS; PNUD, 2004, p. 7)

O indicador 1, representado na Tabela 8, refere-se ao Percentual de Crianças na Escola, ou seja, percentual de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e da série. (ATLAS..., 2003)

TABELA 8 - CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS, FREQUÊNCIA ESCOLAR - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000

MUNICÍPIOS	FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS (%)	
	1991	2000
Adrianópolis	68,57	91,40
Bocaiúva do Sul	68,50	88,30
Cerro Azul	40,70	89,00
Doutor Ulysses	48,20	87,00
Itaperuçu	67,90	87,10
Rio Branco do Sul	68,50	91,20
Tunas do Paraná	54,70	75,40

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

Analisando o Percentual de Crianças na Escola (7 a 14 anos) entre 1991 e 2000, observa-se na Tabela 8, que houve um aumento da taxa em todos os municípios no ano de 2000. Porém, mesmo sendo obrigatória para as crianças que se encontram na faixa etária de 7 a 14 anos, a presença na escola, não atingiu frequência de 100%. No ano de 2000 o maior índice de frequência ocorreu em Adrianópolis (91,40%), o pior desempenho ocorreu no município de Tunas do Paraná (75,40%), que já apresentava baixos níveis de frequência em 1991 (54,70%).

O indicador 2 - Taxa Líquida de Escolarização - demonstra na Tabela 9 o número de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível (ensino fundamental: de 7 a 14 anos; ensino médio: de 15 a 17 anos). (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2003)

TABELA 9 - CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS, NO ENSINO FUNDAMENTAL - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000

MUNICÍPIOS	FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS - (%)	
	1991	2000
Adrianópolis	68,13	82,69
Bocaiúva do Sul	68,51	85,72
Cerro Azul	40,53	87,16
Doutor Ulysses	48,20	82,28
Itaperuçu	67,89	76,45
Rio Branco do Sul	68,46	86,75
Tunas do Paraná	54,72	73,45

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

A freqüência ao Ensino Fundamental é obrigatória para as crianças que se encontram na faixa etária de 7 a 14 anos, contudo, como se pode observar na Tabela 9, entre os anos de 1991 a 2000, nenhum município da Região atingiu a freqüência de 100%. O maior índice no ano de 2000 ocorre no município de Rio Branco do Sul com a taxa de 86,75%.

Nos sete municípios pesquisados, as taxas de freqüência à escola pelas crianças de 7 a 14 anos são inferiores a 90%. Sendo que os menores índices no ano de 2000 ocorrem em Itaperuçu (76,45%) e Tunas do Paraná (73,45%).

Observa-se que o município de Cerro Azul evoluiu de 40,53% em 1991 para 87,16% no ano de 2000.

TABELA 9.1 - JOVENS DE 15 A 17 ANOS - ENSINO MÉDIO - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA 1991 - 2000

MUNICÍPIOS	FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS - (%)	
	1991	2000
Adrianópolis	11,31	36,41
Bocaiúva do Sul	8,08	25,84
Cerro Azul	2,90	19,73
Doutor Ulysses	2,95	15,37
Itaperuçu	7,50	21,43
Rio Branco do Sul	8,87	24,30
Tunas do Paraná	2,62	14,17

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

No que se refere à freqüência à escola por parte dos jovens entre 15 e 17 anos (Tabela 9.1), as taxas são muito baixas em todos os municípios, entre os anos de 1991 a 2000. Em 2000 encontram-se nos municípios de Tunas do Paraná os menores índices (14,17%), Doutor Ulysses (15,37%) e Cerro Azul (19,73%), sendo que a maior taxa encontra-se no município de Adrianópolis (36,41%).

Esses diferenciais verificados entre os municípios paranaenses do Vale do Ribeira sugerem que a freqüência à escola tende a cair rapidamente nas áreas mais pobres do estado do Paraná, possivelmente, em razão da necessidade dos jovens de contribuírem para o sustento da família, inserindo-se precocemente no mercado de trabalho em detrimento da continuidade dos estudos.

O indicador 3 - Taxa Bruta de Escolarização - demonstra na Tabela 10, o percentual de pessoas de 7 a 14 anos de idade que estão freqüentando a escola,

independentemente do grau e série. (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2003)

TABELA 10 - CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS, NO ENSINO FUNDAMENTAL - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000

MUNICÍPIOS	ANO	
	1991	2000
Adrianópolis	68,60	91,40
Bocaiúva do Sul	68,50	88,30
Cerro Azul	40,70	89,10
Doutor Ulysses	48,20	87,00
Itaperuçu	67,90	87,10
Rio Branco do Sul	68,50	91,20
Tunas do Paraná	54,70	75,40

FONTE: IPEA.

Conforme dados da Tabela 10, a maior taxa no ano de 2000 encontra-se no município de Adrianópolis (91,40%) e a menor em Tunas do Paraná (75,49%).

O indicador 4 - Taxa de Analfabetismo - apresenta nas Tabelas 11 e 11.1, o percentual de crianças de 7 a 14 anos e jovens de 18 a 24 anos que não sabem ler e escrever um bilhete simples. (IPEA, 2007, ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2003)

TABELA 11 - ANALFABETISMO DE CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000

MUNICÍPIOS	FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS - (%)	
	1991	2000
Adrianópolis	25,80	12,20
Bocaiúva do Sul	14,70	4,60
Cerro Azul	36,27	9,59
Doutor Ulysses	35,00	11,40
Itaperuçu	18,30	7,70
Rio Branco do Sul	15,00	4,90
Tunas do Paraná	31,50	19,00

FONTE: IPEA.

Os índices encontrados na Tabela 11 demonstram que do ano de 1991 para 2000 houve uma melhora nesse indicador, porém, ainda encontram-se elevadas as taxas de indivíduos analfabetos. Ressalte-se que as menores taxa no ano de 2000 encontram-se nos municípios de Rio Branco do Sul (4,90%) e 4,60% o dado

encontrado para Bocaiúva do Sul. Porém, no município de Tunas do Paraná a taxa no ano de 2000 ainda denota uma taxa elevada (19,00%).

TABELA 11.1 - ANALFABETISMO DE JOVENS DE 18 A 24 ANOS - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000

MUNICÍPIOS	FAIXA ETÁRIA DE 18 A 24 ANOS - (%)	
	1991	2000
Adrianópolis	14,00	7,98
Bocaiúva do Sul	11,62	6,46
Cerro Azul	23,65	9,56
Doutor Ulysses	23,28	9,28
Itaperuçu	13,84	5,26
Rio Branco do Sul	10,27	2,58
Tunas do Paraná	41,51	16,33

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

O indicador 5 - Taxa de Analfabetismo Funcional - é o percentual de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo, apresentado na Tabela 12. Analfabetismo funcional é o termo que se refere ao tipo de instrução em que a pessoa sabe ler e escrever, mas é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas. Ou seja, o analfabeto funcional não consegue extrair sentido das palavras nem colocar idéias no papel por meio do sistema de escrita, como acontece com quem realmente foi alfabetizado. (ATLAS..., 2003)

TABELA 12 - ANALFABETISMO FUNCIONAL - ACIMA DE 15 ANOS - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000

MUNICÍPIOS	FAIXA ETÁRIA DE ACIMA DE 15 ANOS MENOS DE 4 ANOS DE ESTUDO - (%)	
	1991	2000
Adrianópolis	61,97	47,03
Bocaiúva do Sul	54,30	35,40
Cerro Azul	67,14	48,43
Doutor Ulysses	71,01	52,68
Itaperuçu	56,08	37,09
Rio Branco do Sul	51,12	32,18
Tunas do Paraná	73,35	56,85

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

Observa-se na Tabela 12 que houve pouca melhora entre esses índices referentes aos anos de 1991 e 2000. Permanecendo ainda muito altas as taxas, sendo que a maior taxa de analfabetos funcionais encontra-se no município de Tunas do Paraná (56,85%) no ano de 2000 e a menor em Rio Branco do Sul (32,18%).

O indicador 6 - Anos de Escolaridade representa na Tabela 13 a média de anos de estudo para pessoas de 25 anos e mais. É a razão entre o somatório do número de anos de estudo completados pelas pessoas que tem 25 ou mais anos de idade e o número de pessoas nessa faixa etária. (ATLAS..., 2003, IPEA, 2007)

TABELA 13 - ANOS DE ESTUDO PARA POPULAÇÃO CIMA DE 25 ANOS - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000

MUNICÍPIOS	FAIXA ETÁRIA DE ACIMA DE 25 ANOS (%)	
	1991	2000
Adrianópolis	2,5	3,7
Bocaiúva do Sul	3,0	4,3
Cerro Azul	2,1	3,2
Doutor Ulysses	1,6	2,7
Itaperuçu	2,4	3,8
Rio Branco do Sul	2,8	4,3
Tunas do Paraná	1,6	2,7

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003)
IPEA

Observa-se nos dados referentes à Tabela 13 que os índices pouco evoluíram entre os anos de 1991 e 2000. Sendo este indicador importante para determinar a característica da qualificação do capital humano, conclui-se pelos baixos índices, que a região apresenta baixíssimo grau de escolaridade devido aos poucos anos de estudo dos indivíduos dessa região..

O indicador 7 - Taxa de Alfabetização de Adultos (TAA) - É um indicador que compõe o IDH-Educação, no qual entra com peso de 2/3. É o percentual da pessoas acima de 15 anos de idade que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples. (Tabela 14). (ATLAS..., 2003)

TABELA 14 - ANOS DE ESTUDO PARA POPULAÇÃO ACIMA DE 15 ANOS - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000

MUNICÍPIOS	FAIXA ETÁRIA DE ACIMA DE 15 ANOS (%)	
	1991	2000
Adrianópolis	66,74	74,09
Bocaiúva do Sul	75,71	86,57
Cerro Azul	63,11	75,52
Doutor Ulysses	64,64	75,80
Itaperuçu	72,23	84,18
Rio Branco do Sul	73,84	83,26
Tunas do Paraná	56,71	71,91

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

Observa-se na Tabela 14 que houve pouca evolução na melhoria da qualidade desse indicador entre os anos de 1991 e 2000. Porém em todos os municípios houve uma pequena melhora nesses índices, sendo que o maior índice no ano de 2000 (86,57%) se encontra no município de Bocaiúva do Sul e o menor (71, 91%) ocorre em Tunas do Paraná.

O indicador 8 - Taxa Bruta de Frequência à Escola - É o indicador representado na Tabela 15, que compõe o IDH-Educação, no qual entra com peso de 1/3. A taxa bruta de matrícula é a razão entre o número total de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o segundo grau e o nível superior e a população de 7 a 22 anos. (ATLAS..., 2003)

TABELA 15 - PROPORÇÃO DE ESTUDANTES QUE FREQUÊNTAM A ESCOLA - ACIMA DE 15 ANOS - MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000

MUNICÍPIOS	FAIXA ETÁRIA DE ACIMA DE 15 ANOS (%)	
	1991	2000
Adrianópolis	55,51	72,23
Bocaiúva do Sul	47,53	67,80
Cerro Azul	30,29	65,26
Doutor Ulysses	36,45	64,84
Itaperuçu	44,73	57,65
Rio Branco do Sul	48,64	68,89
Tunas do Paraná	41,22	64,69

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

Em 1991, a maior taxa bruta de frequência escolar encontrava-se no município de Adrianópolis (55,51%) que aumentou para 72,23% sendo maior taxa encontrada em 2000. Em 1991 encontra-se o índice mais baixo em Cerro Azul (30,29%) que passou para 65,26% no ano de 2000.

O indicador 9 - Índice de Desenvolvimento Humano - Educação (IDH-Educação) é o sub-índice do IDH relativo à Educação. Obtém-se esse índice a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola, convertidas em índices por: $(\text{valor observado} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, com limites inferior e superior de 0% e 100%. O IDH-Educação é a média desses 2 índices, com peso 2 para o da taxa de alfabetização e peso 1 para o da taxa bruta de frequência.

A análise deste indicador será feita na tabela 16, com os demais sub-índices - IDH-M Longevidade e IDH-M Renda.

TABELA 16 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL -(SUB-ÍNDICES) MUNICÍPIOS PARANAENSES DO VALE DO RIBEIRA - 1991 - 2000

MUNICÍPIOS	ANO							
	1991				2000			
	IDH-M Geral	IDH-M Educação	IDH-M Longevidade	IDH-M Renda	IDH-M Geral	IDH-M Educação	IDH-M Longevidade	IDH-M Renda
Adrianópolis	0,613	0,630	0,661	0,549	0,683	0,735	0,748	0,566
Bocaiúva do Sul	0,639	0,663	0,681	0,573	0,719	0,803	0,708	0,645
Cerro Azul	0,568	0,522	0,661	0,520	0,684	0,721	0,753	0,577
Doutor Ulysses	0,546	0,552	0,605	0,480	0,627	0,721	0,644	0,516
Itaperuçu	0,606	0,631	0,644	0,543	0,675	0,753	0,683	0,590
Rio Branco do Sul	0,627	0,654	0,644	0,584	0,702	0,785	0,683	0,639
Tunas do Paraná	0,582	0,515	0,707	0,524	0,686	0,695	0,768	0,594

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

TABELA - 17 - INDICADORES DE RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE - 1991 - 2000

MUNICÍPIOS	ANO				
	1991			2000	
	Renda per capita Média (R\$ de 2000)	Proporção de Pobres (%)	Índice de Gini	Renda per capita Média (R\$ de 2000)	Proporção de Pobres (%)
Adrianópolis	104,59	59,70	0,53	115,06	55,50
Bocaiúva do Sul	120,60	48,30	0,49	185,80	35,30
Cerro Azul	87,80	71,10	0,54	123,80	60,60
Doutor Ulysses	69,20	72,40	0,49	86,00	68,60
Itaperuçu	100,90	56,50	0,47	133,50	41,10
Rio Branco do Sul	129,10	49,80	0,55	178,90	35,40
Tunas do Paraná	90,20	63,10	0,50	136,70	52,20

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003).

TABELA 18 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL RANKING ESTADUAL E NACIONAL - 2000

MUNICÍPIO	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)	RANKING ESTADUAL	RANKING NACIONAL
Adrianópolis	0,683	373	3254
Bocaiúva do Sul	0,719	270	2630
Cerro azul	0,684	372	3239
Doutor Ulysses	0,627	398	4176
Itaperuçu	0,675	380	3363
Rio Branco do Sul	0,702	330	2946
Tunas do Paraná	0,686	369	3213

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2003.

A seguir apresenta-se a análise interpretativa dos dados encontrados na Tabela 16, 17 e 18, referentes a cada um dos sete municípios paranaenses do Vale do Ribeira. Esta análise foi baseada nos dados fornecidos pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003 - Relatório.

1. Adrianópolis

No período de 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Municipal Geral (IDH-M) de Adrianópolis cresceu 11,42%, passando de 0,613 em 1991 para 0,683 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 50,2%, seguida pela Longevidade, com 41,6% e pela Renda, com 8,1%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 23,8 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 18,1 anos para alcançar Curitiba (PR), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,856). Em 2000, o IDH-M de Adrianópolis é 0,683. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

Em relação aos outros municípios do Brasil, Adrianópolis apresenta uma situação intermediária: ocupa a 3254ª posição, sendo que 3253 municípios (59,1%) estão em situação melhor e 2253 municípios (40,9%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Adrianópolis apresenta uma situação ruim: ocupa a 373ª posição, sendo que 372 municípios (93,2%) estão em situação melhor e 26 municípios (6,8%) estão em situação pior ou igual.

A renda per capita média do município cresceu 10,53%, passando de R\$

104,59 em 1991 para R\$ 115,60 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 7,10%, passando de 59,07% em 1991 para 55,05% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,53 em 1991 para 0,59 em 2000.

2. Bocaiúva do Sul

No período 1991-2000, o IDH-M de Bocaiúva do Sul cresceu 12,52%, passando de 0,639 em 1991 para 0,719 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 58,6%, seguida pela Renda, com 30,1% e pela Longevidade, com 11,3%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 18,0 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP) e 12,8 anos para alcançar Curitiba (PR).

Em 2000, o IDH-M de Bocaiúva do Sul é 0,719. O município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano.

Em relação aos outros municípios do Brasil, Bocaiúva do Sul apresenta uma situação intermediária: ocupa a 2630ª posição, sendo que 2629 municípios (47,7%) estão em situação melhor e 2877 municípios (52,3%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Bocaiúva do Sul apresenta uma situação ruim: ocupa a 270ª posição, sendo que 269 municípios (67,4%) estão em situação melhor e 129 municípios (32,6%) estão em situação pior ou igual.

A renda per capita média do município cresceu 54,12%, passando de R\$ 120,56 em 1991 para R\$ 185,81 em 2000. A pobreza diminuiu 26,96%, passando de 48,03% em 1991 para 35,03% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,49 em 1991 para 0,55 em 2000.

3. Cerro Azul

No período de 1991-2000, o IDH-M de Cerro Azul cresceu 20,42%, passando de 0,568 em 1991 para 0,684 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 57,2%, seguida pela Longevidade, com 26,4% e pela Renda, com 16,4%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o

município levaria 13,8 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP) e 10,5 anos para alcançar Curitiba (PR).

Em 2000, o IDH-M de Cerro Azul é 0,684. O município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano.

Em relação aos outros municípios do Brasil, Cerro Azul apresenta uma situação intermediária: ocupa a 3239ª posição, sendo que 3238 municípios (58,8%) estão em situação melhor e 2268 municípios (41,2%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Cerro Azul apresenta uma situação ruim: ocupa a 372ª posição, sendo que 371 municípios (93,0%) estão em situação melhor e 27 municípios (7,0%) estão em situação pior ou igual.

A renda per capita média do município cresceu 40,95%, passando de R\$ 87,83 em 1991 para R\$ 123,80 em 2000. A pobreza diminuiu 14,70%, passando de 71,01% em 1991 para 60,06% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991 para 0,62 em 2000.

4. Doutor Ulysses

No período 1991-2000, o IDH-M de Doutor Ulysses cresceu 14,84%, passando de 0,546 em 1991 para 0,627 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 69,3%, seguida pela Longevidade, com 16,0% e pela Renda, com 14,8%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 24,0 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP) e 19,5 anos para alcançar Curitiba (PR).

Em 2000, o IDH-M de Doutor Ulysses é 0,627. O município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano.

Em relação aos outros municípios do Brasil, Doutor Ulysses apresenta uma situação ruim: ocupa a 4176ª posição, sendo que 4175 municípios (75,8%) estão em situação melhor e 1331 municípios (24,2%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Doutor Ulysses apresenta uma situação ruim: ocupa a 398ª posição, sendo que 397 municípios (99,5%) estão em situação melhor e 1 municípios (0,5%) estão em situação pior ou igual.

A renda per capita média do município cresceu 24,22%, passando de R\$ 69,23 em 1991 para R\$ 86,00 em 2000. A pobreza diminuiu 5,17%, passando de

72,40 em 1991 para 68,60 em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,49 em 1991 para 0,57 em 2000.

5. Itaperuçu

No período 1991-2000, o IDH-M de Itaperuçu cresceu 11,39%, passando de 0,606 em 1991 para 0,675 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 58,7%, seguida pela Renda, com 22,6% e pela Longevidade, com 18,8%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 24,8 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP) e 19,1 anos para alcançar Curitiba (PR).

Em 2000, o IDH-M de Itaperuçu é 0,675. O município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano.

Em relação aos outros municípios do Brasil, Itaperuçu apresenta uma situação intermediária: ocupa a 3363ª posição, sendo que 3362 municípios (61,0%) estão em situação melhor e 2144 municípios (39,0%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Itaperuçu apresenta uma situação ruim: ocupa a 380ª posição, sendo que 379 municípios (95,0%) estão em situação melhor e 19 municípios (5,0%) estão em situação pior ou igual.

A renda per capita média do município cresceu 32,27%, passando de R\$ 100,91 em 1991 para R\$ 133,47 em 2000. A pobreza diminuiu 27,13%, passando de 56,50% em 1991 para 41,1% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,47 em 1991 para 0,51 em 2000.

6. Rio Branco do Sul

No período 1991-2000, o IDH-M de Rio Branco do Sul cresceu 11,96%, passando de 0,627 em 1991 para 0,702 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 58,2%, seguida pela Renda, com 24,4% e pela Longevidade, com 17,3%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 20,7 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP) e 15,2 anos para alcançar Curitiba (PR).

Em 2000, o IDH-M de Rio Branco do Sul é 0,702. O município está entre as

regiões consideradas de médio desenvolvimento humano.

Em relação aos outros municípios do Brasil, Rio Branco do Sul apresenta uma situação intermediária: ocupa a 2946ª posição, sendo que 2945 municípios (53,5%) estão em situação melhor e 2561 municípios (46,5%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Rio Branco do Sul apresenta uma situação ruim: ocupa a 330ª posição, sendo que 329 municípios (82,5%) estão em situação melhor e 69 municípios (17,5%) estão em situação pior ou igual.

A renda per capita média do município cresceu 38,60%, passando de R\$ 129,11 em 1991 para R\$ 178,95 em 2000. A pobreza diminuiu 28,78%, passando de 49,80% em 1991 para 35,40% em 2000. A desigualdade diminuiu: o Índice de Gini passou de 0,55 em 1991 para 0,55 em 2000.

7. Tunas do Paraná

No período 1991-2000, o IDH-M de Tunas do Paraná cresceu 17,87%, passando de 0,582 em 1991 para 0,686 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 57,9%, seguida pela Renda, com 22,5% e pela Longevidade, com 19,6%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 15,4 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP) e 11,7 anos para alcançar Curitiba (PR).

Em 2000, o IDH-M de Tunas do Paraná é 0,686. O município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano.

Em relação aos outros municípios do Brasil, Tunas do Paraná apresenta uma situação intermediária: ocupa a 3213ª posição, sendo que 3212 municípios (58,3%) estão em situação melhor e 2294 municípios (41,7%) estão em situação pior ou igual. Em relação aos outros municípios do Estado, Tunas do Paraná apresenta uma situação ruim: ocupa a 369ª posição, sendo que 368 municípios (92,2%) estão em situação melhor e 30 municípios (7,8%) estão em situação pior ou igual.

A renda per capita média do município cresceu 51,51%, passando de R\$ 90,21 em 1991 para R\$ 136,68 em 2000. A pobreza diminuiu 17,30%, passando de 63,10% em 1991 para 52,20% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,50 em 1991 para 0,57 em 2000.

Obs.: Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$37,75, equivalentes a 1/4 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos é limitado àqueles que são membros que vivem em domicílios particulares permanentes.

Em síntese, esse é o panorama geral sobre baixo índice de escolaridade, subdesenvolvimento e o quadro de pobreza, encontrados nos sete municípios paranaenses que compõem o Vale do Ribeira. Por outro lado, a região se situa num espaço físico caracterizado pelo valor ambiental representado por um dos mais ricos biomas do planeta: a Mata Atlântica.

3.2 A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, POBREZA E DESENVOLVIMENTO

Os Municípios Paranaenses do Vale do Ribeira, nos últimos anos, vem confirmando, uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. A hipótese presente nesta pesquisa, em primeiro lugar é que esta região do Vale do Ribeira não é uma região pobre, porém, uma região onde habitam muitos pobres. Esse pressuposto pôde ser verificado no decorrer do estudo pelo fato de que o Vale do Ribeira é detentor de um enorme potencial de minerais não-metálicos, além de se caracterizar pela alta concentração de áreas de reflorestamento e riquezas naturais, portanto, possui um expressivo potencial de desenvolvimento na área de turismo rural e ecológico.

Por outro lado, os municípios da região apresentam IDH baixos tanto na média paranaense quanto na média nacional.

É importante referir que, atualmente, nem a extração mineral, tampouco as atividades de reflorestamento, acrescentam valores significativos para o desenvolvimento da região. (ARAÚJO, 1998)

Em segundo lugar, acredita-se que os elevados níveis de pobreza encontram seu principal fator determinante na carência de educação, e como consequência, na estrutura de desigualdade na distribuição de renda, na falta de oportunidades de inclusão econômica e social, uma vez que os índices relativos à renda, apontam para a obtenção de rendimentos insuficientes devido ao grande número de responsáveis pela família serem analfabetos ou possuírem baixo nível de escolaridade.

Pode-se observar pela análise dos dados que a região não cresce significativamente, entre outros fatores, porque não tem uma população com níveis de educação elevados e de qualidade.

A pobreza tem múltiplas dimensões. Contudo, é possível afirmar que se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem suprir as necessidades básicas da vida.

As causas da pobreza residem num intrincado conjunto de circunstâncias locais combinadas com situações regionais, nacionais e internacionais. É o produto de processos econômicos que se registram em diversos níveis, bem como de uma série de condições sociais, políticas e econômicas que limitam as possibilidades de desenvolvimento e de bem viver das pessoas.

Os indivíduos que possuem menor nível de educação tendem a estar desproporcionadamente representados no grupo dos pobres, porque é mais provável que tenham empregos mal remunerados, estejam na informalidade no mercado de trabalho ou estejam desempregados. As famílias pobres têm enormes dificuldades em manter os filhos na escola, devido aos custos que isso lhes impõe, bem como à pressão para que o maior número de membros da família trabalhe; o que resulta na evasão escolar. Sendo pouco instruída, a próxima geração pode vir a ter também empregos mal remunerados. E assim, entre outras dimensões da pobreza origina-se um ciclo vicioso, devido à estagnação em que os segmentos sociais carentes dessas regiões se encontram, onde a pobreza gera mais pobreza. (CEPAL, 2007)

Por outro lado, os indivíduos que possuem melhores níveis de escolaridade, aumentam seu potencial de auferir renda e, assim, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma oportunidade maior de superar a adversidade.

A melhoria do nível de renda propicia o aumento do padrão de consumo e do poder de compra das pessoas, em razão de dois fatores que atual simultaneamente: aumento de produtividade relativa ao fator trabalho e melhor participação política de segmentos organizados da classe trabalhadora, colaborando para melhoria no processo de distribuição de renda na sociedade. Porém, a situação oposta, a falta de renda, de emprego, a falta de escolaridade e a falta de qualificação profissional excluem os indivíduos do mercado de trabalho, ora tão exigente. (CEPAL, 2007)

Assim, a educação, um direito fundamental, é uma das principais forças de uma sociedade ativa, promotora de uma condição de progresso e melhor qualidade de vida de um país.

A relação entre educação, pobreza e desenvolvimento é frequentemente ratificada por órgãos nacionais, como o IPEA, e internacionais vinculados às Nações Unidas, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Esses organismos chamam a atenção para os riscos de não se investir na educação como condição para deter o avanço das desigualdades e da pobreza. Portanto, a educação constitui-se num grande investimento no combate à pobreza. No Brasil, um estudo do IPEA (2002) demonstra que, para cada ano acumulado de estudo, a expectativa de vida sobe dois anos, o crescimento populacional cai 0,26%, as exportações aumentam 0,7% e a renda per capita cresce 0,35%. (BARROS; MENDONÇA, 2007)

Nos municípios que abrangem o Vale do Ribeira, encontra-se grande parte da população sem qualificação profissional para o mundo do trabalho que atualmente se encontra em constantes transformações tecnológicas, fato que marginaliza um grande contingente de indivíduos, produzindo bolsões de pobreza na área em estudo.

No enfoque que se pretendeu dar à pesquisa, levando em conta a educação como fator preponderante para o desenvolvimento socioeconômico da região do Vale do Ribeira, fica claro que a escola tem a árdua tarefa de oferecer melhores perspectivas de futuro à população. As exigências no âmbito educacional requerem cada vez mais anos de estudo para a formação de indivíduos competitivos no mundo atual.

Quanto à formação de professores, sabe-se que Universidade Federal do Paraná (UFPR) está desenvolvendo programas na área de educação que visam à qualificação e formação continuada de professores do Vale do Ribeira. Entende-se que a formação desses, além de oferecer-lhes melhores salários, é o primeiro passo com o objetivo de formar uma nova consciência na geração que está nas escolas e, conseqüentemente, em todo o seu entorno. (UFPR, 2007)

Há que se considerar ainda, que um dos grandes entraves no desenvolvimento da região é a falta de motivação para investir em educação, gerar

emprego e renda na área, pode ser atribuído à precariedade da malha viária, deixando isolada grande parte da região, dos centros desenvolvidos, prejudicando a formação escolar e mesmo dos educadores, pois sem estradas torna-se quase impossível o atendimento às necessidades da região; torna-se impraticável falar em desenvolvimento em qualquer uma de suas dimensões. Porém, esta é realidade que ali se encontra, faz parte do cotidiano de cada um.

É importante, ainda, fazer uma breve menção quanto às vantagens proporcionadas pelo IDH:

o reduzido número de dimensões utilizados na construção do índice tem servido para manter a simplicidade de seu entendimento, o que constitui um fator importante de sua transparência e simplicidade para transmitir seu significado a um público diversificado. Ademais o IDH tem permitido a construção de modelos visuais que facilitam a comparação entre diferentes regiões ou diferentes momentos no tempo. (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2004, p.4)

Em suma, é urgente a tomada de decisões e efetivar ações de ordem transformadoras, atingindo as causas estruturais, tais como deficiência em educação e estradas, no escopo de reverter o grave cenário de subdesenvolvimento que ora apresenta a região, pois os resultados só virão a médio e longo prazo.

As estratégias devem ser debatidas e colocadas em prática mediante a mobilização das forças vivas locais, pois o comprometimento da comunidade na vida social, econômica e política, diante dos desafios enfrentados na resolução de seus problemas é a base da geração de uma sociedade dinâmica e sustentável.

4 CONCLUSÃO

No decorrer da pesquisa foi possível perceber que o nível de desenvolvimento humano atingido pelos sete municípios paranaenses que compõem o Vale do Ribeira fica aquém da maioria dos demais municípios do Estado do Paraná.

A análise realizada permitiu sintetizar as seguintes observações:

- O Vale do Ribeira paranaense apresenta sérios problemas socioeconômicos, com baixos índices sociais e estagnação econômica. Os municípios apresentam o índice de desenvolvimento humano (IDH-M) abaixo da média paranaense (0,786) e da média nacional (0,764).
- A pobreza está estreitamente ligada a baixos níveis de escolaridade. De acordo com a análise do percentual de crianças na escola (7 a 14 anos) em 2000, os resultados revelaram que nenhum município apresentou 100% de frequência. Note-se que nessa faixa etária a frequência escolar é obrigatória. Quanto à frequência à escola por parte dos jovens entre 15 e 17 as taxas se apresentam muito baixas em todos os municípios, sugerindo que a frequência à escola tende a cair rapidamente nas áreas mais pobres do estado do Paraná, possivelmente, em razão da necessidade dos jovens de contribuírem para o sustento da família, deixando de frequentar a escola.
- Encontram-se na região altos índices de analfabetismo de adultos. Esses baixos níveis de escolaridade levam a uma renda baixa o que, por sua vez, contribui para perpetuar o ciclo de pobreza.

A análise a respeito da escolaridade nesta pesquisa partiu do ponto de vista social e econômico, corroborando por meio do levantamento dos dados, que a relação entre educação e pobreza está fundamentalmente ligada à ausência de desenvolvimento socioeconômico da região do Vale do Ribeira.

Neste contexto, pode-se afirmar que a educação é um fator determinante na redução da pobreza na região em estudo, na qual está concentrada os menores índices de desenvolvimento humano e elevados índices de analfabetismo em relação aos demais municípios do Estado do Paraná. Fica claro que a falta de escolaridade diminui o nível de renda e, promove, ainda, a desigualdade na distribuição de renda na região, em especial ao tornar insuficiente a mão-de-obra

qualificada. Por outro lado, a educação auxilia não somente a elevar a renda, mas distribuí-la equitativamente, reduzir a pobreza e colocar no mercado de trabalho indivíduos profissionalmente mais qualificados. Portanto, educação e desenvolvimento devem caminhar juntos. A necessidade em trabalhar as questões de educação, é sem dúvida, urgente.

Há que se considerar, no entanto, a necessidade de priorização das ações do poder público estadual e municipal em investimentos para melhorar a infra-estrutura na região, voltando o olhar principalmente para a educação de qualidade, formação e qualificação e valorização de professores, no sentido de interromper o ciclo vicioso da pobreza e conseqüentemente superá-la. Ressalte-se que o investimento efetivo mais incipiente em infra-estrutura é a melhoria na rede viária de toda a região.

As transformações são imperiosas, é preciso unir as forças das comunidades locais e de entidades governamentais e não-governamentais imbuídas na promoção do desenvolvimento socioeconômico da região do Vale do Ribeira.

Organizar um plano estratégico para o desenvolvimento do Vale, implica em identificar as potencialidades da região. Sugere-se nessa questão, o incremento das ações da Universidade Federal do Paraná (UFPR) no Programa Vale do Ribeira, por meio de um trabalho de equipe multidisciplinar realizando pesquisas, levantamento de dados junto à população, fazendo um reconhecimento da realidade do Vale do Ribeira.

A propósito, para a realização deste estudo, não foi possível encontrar documentos atualizados para comparar, traçar metas e acompanhar a evolução dos indicadores educacionais na região, tais como taxa de alfabetização e taxa bruta de frequência escolar, entre outros indicadores, portanto, o envolvimento inclusive de alunos do Curso de Estatística da UFPR na coleta e análise dos dados consistiria numa grande contribuição, levando-se em consideração que um dos maiores desafios na era da informação em que se vive é aprender e aplicar os métodos estatísticos, que dentre diversas funções, é uma ferramenta de auxílio no processo de validar ações e tomar decisões no sentido de corrigir a rota praticamente em todas as áreas do conhecimento, sempre que estiver envolvida a coleta e a análise de dados.

Outro curso que poderá trazer importantes subsídios para a região do Vale do Ribeira é o Curso de Turismo. Os alunos dessa área podem desenvolver projetos

com a participação dos habitantes da região do Vale do Ribeira, com o objetivo de despertar nessa população a importância do desenvolvimento turístico, dando-se ênfase ao turismo rural ecológico, diante do pressuposto que a região possui vocação e potencial para implantar atividades nessa área, visando inclusive, a preservação ambiental. Na realidade, a atividade turística é um importante meio de transformações socioeconômicas, pois proporciona a geração de oportunidades sociais, econômicas e culturais para as populações.

Nesse sentido, torna-se importante a participação dos habitantes e a mobilização social dos municípios que compõem a região do Vale do Ribeira no planejamento das ações e decisões que deverão ser tomadas para desenvolver o turismo local.

No entanto, todas essas ações implicam antes de tudo, o desenvolvimento educacional dos povos da região, para efetivarem-se as mudanças que ela tanto necessita.

Em síntese, entende-se por desenvolvimento humano o crescimento do indivíduo em todas as suas dimensões: aspectos cognitivos, psicológicos, culturais, sociais, físicos e espirituais.

Assim, os indivíduos que elevam seu nível educacional, obtêm “ganhos” para a qualidade de vida. A oportunidade de aprender a ler e escrever, sem dúvida, proporciona às pessoas a ampliarem a sua visão de mundo, repleta de novos conhecimentos, proporciona a condição de não ser mais colocado à margem e propicia a compreender melhor a sociedade em que vive e nela vir a interagir.

Isto significa possibilidades de melhoria na qualidade de vida e, portanto, superar a pobreza é vislumbrar possibilidades de viver um futuro melhor e mais feliz.

REFERÊNCIAS

AMBIENTEBRASIL AGROPECUÁRIO. **Agricultura Orgânica**. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agropecuario/index.html&conteudo=./agropecuario/agrinatural.html#obje>>. Acesso em: 10 fev. 2007.

AQUINO, Maria Sacramento. **Investimento em educação**: uma estratégia essencial para implementação do desenvolvimento rural. Artigo. p. 8, [200-]. Universidade do Estado da Bahia.

ARAÚJO, G. A. Vale do Ribeira: carências e oportunidades. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social: Análise Conjuntural**. Curitiba, v. 20, n. 3-4, p. 1, mar./abr. 1998.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2003, Fundação João Pinheiro (FJP-MG), 2003.

BARROS, Ricardo Paes de.; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, julho de 1995. Texto para discussão n.º 525. IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Assessoria de Comunicação Social. **Qualidade na educação básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acseb_140305.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2007.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SAEB - 2005 Primeiros Resultados**: médias de desempenho do SAEB/2005 em perspectiva comparada. Fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/saeb/2005/SAEB1995_2005.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pró-letramento**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task>. Acesso em: 12 jan. 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Secretaria Especial de Direitos Humanos Subsecretaria de Promoção e Defesas dos Direitos Humanos. **Instruções para apresentação e seleção de projetos de educação em direitos humanos**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/termoref.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2007.

BECKER, G. S. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

BERCHIELLI, Francisco Osvaldo. Investimento em capital humano: parâmetros para a determinação de uma política de desenvolvimento econômico. **Revista de Administração Mackenzie**, ano 1, n. 1, 2000. p. 83-101. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/editoramackenzie/revistas/administracao/adm1n1/revadm1n1_art5.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2007.

CHARLIER, Évelyne. Formar professores profissionais para uma formação contínua articulada à prática. In: PAQUAY, Léopold *et al.* (Org.). **Formando professores profissionais**: quais estratégias? quais competências? Tradução de Fátima Murad, Eunice Gruman. 2. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 85-102.

CEPAL. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. **Education and its impact on poverty**: equity or exclusion (prepared for the Unesco forum on education for all in the caribbean: assessment 2000 Santo Domingo, Dominican Republic, 10-12 february, 2000). Disponível em: <<http://www.cepal.org>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

DAROLT, M. R. **As Dimensões da sustentabilidade**: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba-PR. Curitiba, 2000. 310 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná /PARISVII.

DEMO, Pedro. Professor e seu direito de estudar. In: SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura (Orgs.). **Reflexões sobre a formação de professores**. Campinas: Papirus, 2002. p. 71-88. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

DELORS, Jacques et al. **Educação**: um tesouro a descobrir: São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC; UNESCO, 1998. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.

FERNANDES, Francisco das Chagas. **Política de ampliação do ensino fundamental para nove anos - pela inclusão das crianças de seis anos de idade na educação obrigatória**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/chagas_ensfundnoveanos.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2007.

FJP. **Desenvolvimento humano e Condições de vida**: Região Metropolitana de Belo Horizonte 1980-1991. BH, FJP/PNUD/IPEA/Fapemig, 1998.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino Jannuzzi. **Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas**: limites e legitimidades. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú- MG - Brasil, de 20-24 de Setembro de 2004. Disponível em:

<<http://www.metas2015.unb.br/Documentos/Reducao%20da%20pobreza/Indicadores%20sinteticos%20no%20processo%20de%20formulacao%20e%20avaliacao.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2007.

IBGE. **Educação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html>>. Acesso em: 31 jan. 2007.

IMBERNÓN, Francisco. **La formación del profesorado**. Buenos Aires: Paidós, 1994.

INEP. **Diagnóstico da situação educacional de jovens e adultos**. Brasília: O Instituto, 2000. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

_____. **Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/internacional/pisa/>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

IPARDES. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M - 2000**: Anotações sobre o desenvolvimento do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2003.

_____. **Vale do Ribeira**: referências da dinâmica regional. Curitiba: IPARDES, 2003.

_____. **Indicadores intrametropolitanos 2000**: diferenças socioespaciais na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba: IPARDES, 2005. 1 CD-ROM.

IPEA. Disponível em: **Indicadores de desenvolvimento humano**. <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 17 jan. 2007.

LARRAÑAGA, Osvaldo. **Educación y superación de la pobreza en América Latina y el Caribe**. Un estudio del Proyecto "Mitigación de la Pobreza y Desarrollo Social del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). Quito, Equador, 1997. Disponível em: <http://www.undp.org/rblac/documents/poverty/rla_92009/capitulo seis.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2007.

MARQUES, Mario Osorio. Formação do profissional de educação. Ijuí: UNIJUI, 2000.

NOGUEIRA, Cláudio André Gondim; ROSA, Antônio Lisboa Teles da. Universidade Federal do Ceará. Pós-graduação em Economia. Textos para Discussão N.º 193 **Crescimento e Capital Humano**: evidências empíricas recentes para o Brasil numa perspectiva regional. Disponível em: <<http://www.caen.ufc.br/pdf/TD%20193.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2007.

PELIANO, Anna Maria (Org.). **Desafios e perspectivas da política social**. Texto para Discussão n.º 1248 IPEA. Brasília, dezembro de 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2007.

PNUD. **Rapport mondial sur le développement humain 1995**. Paris, Econômica, 1995, p. 13-14.

_____. **Objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm/index.php>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

REDAÇÃO TERRA. **Brasil. Entenda o cálculo do IDH e seus indicadores**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI152578-EI306,00.html>>. Acesso em: 02 fev. 2007.

SCHULTZ, T. The economic importance of human capital in modernization. **Education Economics**, v. 1, n. 1, p. 13-19, 1993.

SESA. Coeficientes de mortalidade geral e infantil, mortalidade proporcional e coeficiente de mortalidade por doenças transmissíveis. Disponível em: <<http://www.saude.pr.gov.br/>>. Acesso em: 02 fev. 2007.

TEIXEIRA, Aurora Amélia Castro. Capital humano, falências empresariais e produtividades: uma análise empírica das regiões portuguesas. **Estudos Regionais**, n. 7, 2005. Disponível em: <<http://fep.up.pt/docentes/pcosme/trabalhos%5C26-RPER-7-2005.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2007.

UFPR. **Programa Vale do Ribeira**. Disponível em: <<http://www.valedoribeira.ufpr.br/>>. Acesso em: 13 jan. 2007.

UNESCO. **Pronunciamento:** "Virtual Educa 2005 - Educação, Capital e Desenvolvimento: o papel da educação à distância". São José dos Campos-SP, 13 de abril de 2005. Disponível em: http://www.unesco.org.br/noticias/opinioao/index/2005/virtualeduca2005/mostra_documento>. Acesso em: 13 jan. 2007.